

JORNAL DE 2^a FEIRA

Jundiaí, 18 - 24 de Agosto de 1975 - Nº 7

PREÇO DESTE EXEMPLAR

CR. \$ 2,00

LIVRAI-NOS, SENHORES, DAS NOSSAS DÍVIDAS

PAG. 3

ROMEU ZANINI FALA O QUE SABE

PAG. 12

SAÚDE - QUAL É O DIAGNÓSTICO, DR. WOLF ?

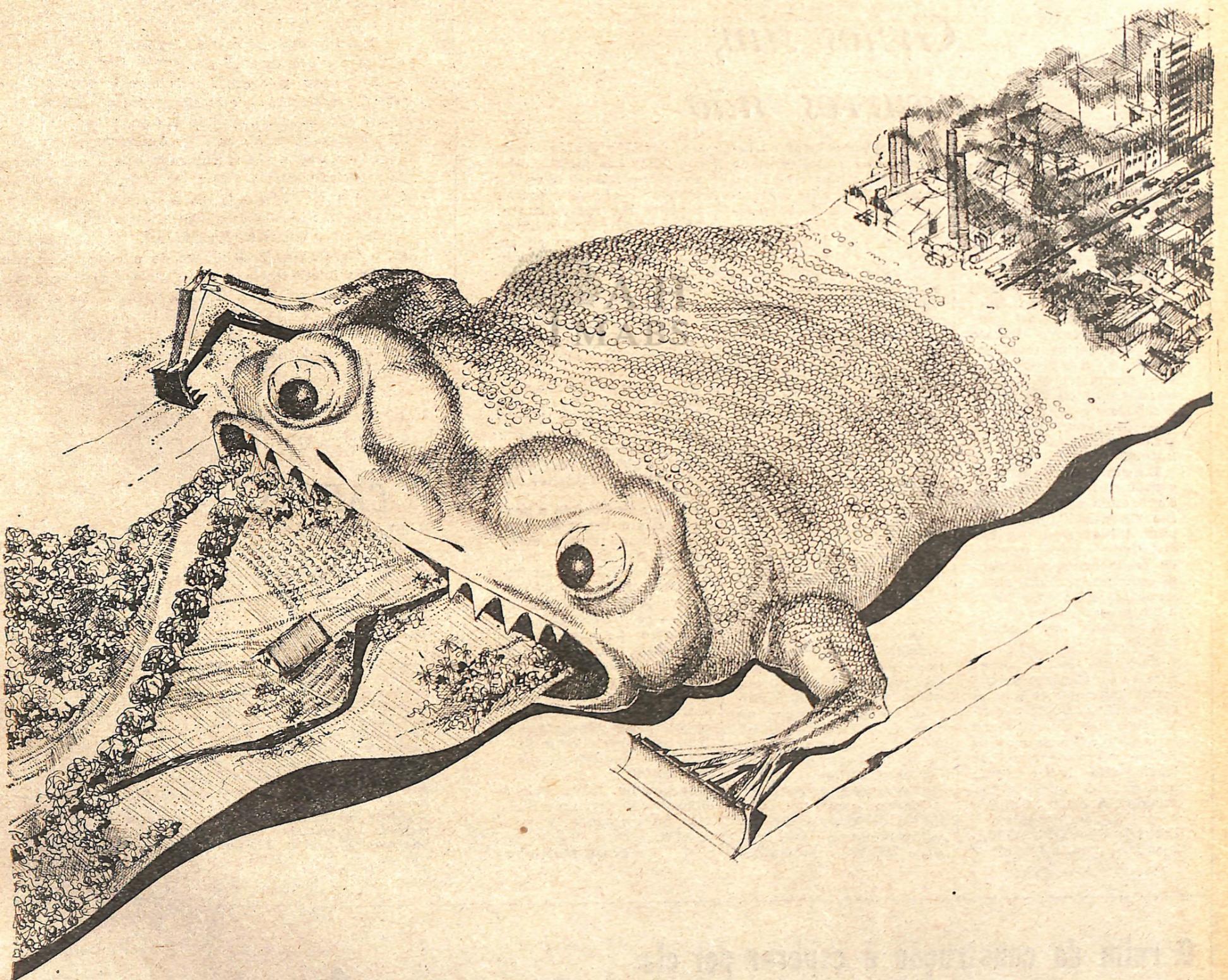
PAG. 11

JARDIM BRASIL PROCURA SAIR DESTE ASFALTO

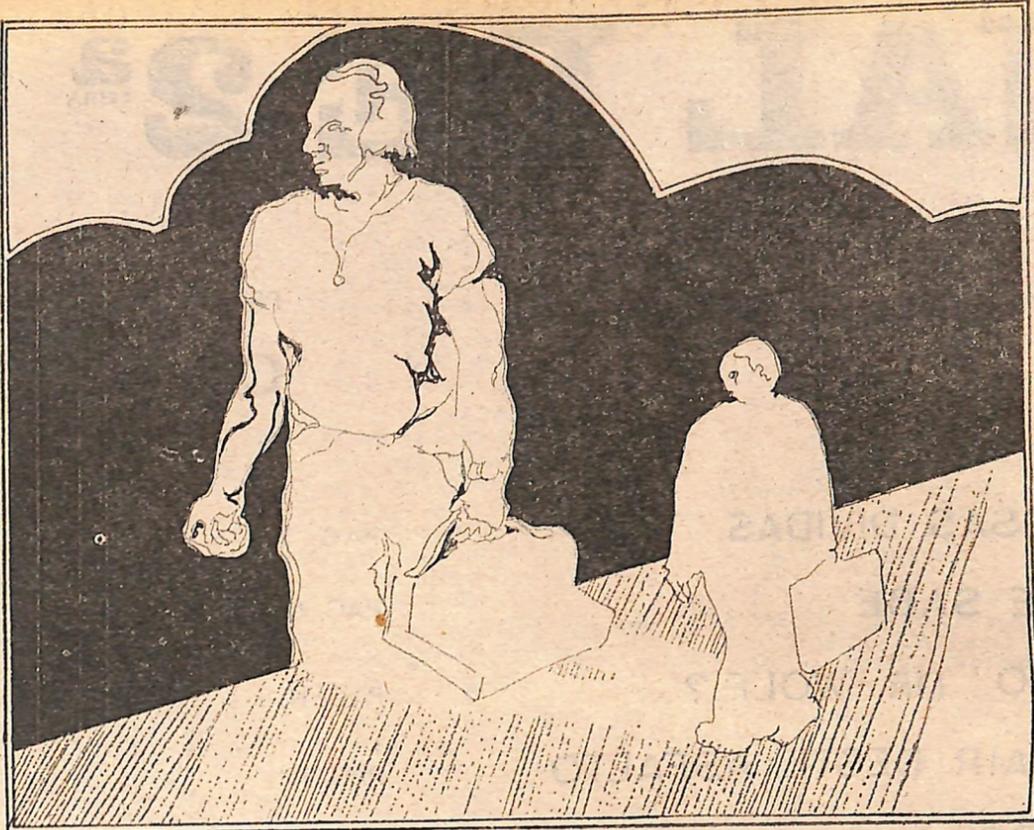
PAG. 16

MDB DECIDE: GIAROLA, PRA FORA!

PAG. 4



MORTE AO VERDE : UMA NOVA "PRIORIDADE" PAG. 7A 10.



Gritos sim, sussurros não

Não eram muito mais do que uma dezena as pessoas presentes à Câmara Municipal, no dia em que 70 milhões de cruzeiros foram pacificamente transformados em lei e em futura dívida para a municipalidade.

Entre elas havia uma (que chamarei de José, por medo de errar) que desiludido com o descaso com que certos representantes do povo representavam seu papel de vigilantes dos atos do Executivo, desabafou:

— Será que um dia a gente chega a ser uma Suécia?

E assim falando, José levantou-se e foi pra casa, carregando a vergonha da sua "latinidade", para sonhar talvez com um Legislativo de loiros cabelos, de olhos azuis, vociferando consoantes, umas juntas de outras, para dizer "não" a um projeto de lei de discutível valor para a comunidade.

Enquanto isso, lá no anfiteatro da Câmara, aguardando um escorço que já era previsto, fiquei a pensar com meu zipper: o que teria feito a Suécia ser uma Suécia? O amor livre? O "mais alto índice (quá, quá, quá) de suicídios" do mundo? A estatura alta e os olhos azuis dos loiros? O Ingmar Bergman, a Ingrid?

Tentei me colocar no lugar do José e analisar cada uma das hipóteses.

Amor livre, não! Não seria isso que o José gostaria de ver aqui, ainda que fosse somente na nossa casa de leis.

Suicídios? Absurdo. Nem o José, nem ninguém com um mínimo de bom senso indicaria a auto-destruição como saída para o bem do povo (embora, sem o saber, dos homens da lei talvez estejam cometendo um suicídio político, agindo como estão). Não, suicídio não!

Os um metro e noventa de altura média do povo? De jeito nenhum. O sopro que animou a todos nós, bipedes erectos, foi o mesmo. Portanto, bolhas de ar devem existir em todos os "sapiens", onde quer que vivam, do tamanho, que possa ser. A Boregaard está no Sul, pra não me deixar mentir.

Quanto ao Ingmar e à Ingrid, o Bergman, hermeticos do jeito que são, eles jamais se constituiriam numa indicação do caminho. Mesmo porque, no caso do primeiro, é difícil até de se encontrar a saída do cinema, depois de ver os seus filmes.

O que seria, então? Mesmo sem conhecer lufas da história dos invejáveis suecos, posso imaginar que eles também de-

vem ter tido problemas de representação política. Um ou outro Lars deve ter aprontado alguma, quando o poder lhe foi entregue. Substituições devem ter sido feitas, até que se encontrassem os loiros decentes e respeitadores da vontade e dos direitos da maioria.

Lá, como aqui, devem ter havido idas e voltas no processo de aperfeiçoamento.

De repente, me ocorre uma outra hipótese: não seriam os Josés de lá mais ativos do que os nossos? Não um, mais milhares de Josés, unidos e dispostos a acusar os desmandos dos Lars?

Então eu fico vendo o nosso José, e outro, e outro, e outro, uma porção deles falando, denunciando erros, procurando influenciar democraticamente outros e outros: Josés, para que todos — os indiferentes, por lucrarem, de uma ou de outra forma, com esses desmandos e erros (há os que sempre lucram), e os temerosos, por se julgarem fracos e por acharem que o pouco que têm ainda é bom para que todos se juntem num tonitroante grito de "Basta!".

E concluo: talvez seja a hora de começar uma Suécia. Aqui e agora.

Hem, José?

Erazé Martinho

Canto Chorado

Aleluia! Aleluia!

Foi "seu" alcaide quem disse: todos os bairros e subúrbios da popolândia terão água encanada e rede de esgoto, onde quer que estejam as moradias dos marmiteiros.

Vai ser um festão no dia da pirotécnica inaugural. Pouco importa se mais 97 milhões esvoaçarem pelos ares em papeluchos coloridos. O importante é fazer crer aos basbaques que foi "ele mesmo" quem matou a sede dos jundiás.

"O lema — afirma o papelucho anterior, que também custou a bagatela de 97 milhões — é água em todas as casas..."

É "ele" quem vai trazer do Atibaia coisa que outros não tiveram coragem de fazer porque são uns pusilânimes, uns frouxos.

Tivessem eles peito e arrojo para carregar o burro com três, quatro e até cinco mil por cento no imposto predial, e veriam como o problema do precioso líquido, Gutierrez G. Sampaio e quejandas não mais seria um corriqueiro ovo de Colombo.

Quanto ao esgoto "seu" alcaide diz que "as valetas infectas" foram substituídas pelas tubulações que fez colocar aos milhares.

Vocês viram? Ah! não viram? Não são mesmo pra ver! O Latorre fez e ninguém viu. Sabem por que? Não tinha dinheiro pra gastar em papeluchos, nem pernas pra correr atrás das varas dos rojões propagandísticos.

Com "seu" alcaide, não. A história é muito diferente. É tudo à base do imposto e do empréstimo com carência para depois do bota-fora.

Pra isso estão aí os "miningildos" da Colenda, açaimadinhos e docéis como só eles.

Percebe-se, pois, que é tudo uma questão de peito e de "arte", considerando que os aborígenes não são de nada. Pagam e não bufam. E quando bufam, "seu" alcaide mete o Eli por cima deles. A sina deles é mesmo pagar e não bufar.

Só uma coisa não se entendeu bem naquela prosopopéia de primeira página que deve ter custado uma nota violenta: é quando ele diz que "quer dar água ao povo" mas que, para tanto, necessita da ajuda do cujo.

Bolas! O que mais pretende "seu" alcaide? Não lhe chega o "ferrão" do DAE sangrando o contribuinte com majorações intermitentes e empréstimos cavaleares que transcenderão seus malignos efeitos aos tetranetos da malograda Petronilha?

Não, as calças, não! Assim, sim, mas assim, também não. É pedir demais.

"Seu" alcaide pede as calças
O povo não l'has quer dar
Porque dando suas calças
Tem vergonha de mostrar
Nas calcomidas entranhas
Teias de aranhas.

CARTAS

Sr.: "(...) Recebi um "convite" da Prefeitura para asfaltar minha rua. (...) Na incerteza, pergunto se devo ou não pagar." Augusto Mendes — Vila Progresso. **Certifique-se.**

Sr.: "(...) Entretanto, já faz um tempinho que li que foi eleita uma comissão para estudar e dar opinião de um caso de concorrência pública de melhoramentos para a cidade, parecendo que não estava certo o contrato de uma firma que não é de Jundiá." Justino de Andrade — Vila Arens.

Talvez o leitor encontre resposta na matéria que publicamos à página 4 desta edição.

Sr.: "A resposta de V. Sas. (...) José Moraes Netto. Como diz Cláudia Barroso, 'a vida é mesmo assim'."

EXPEDIENTE

JORNAL DE
2.a-FEIRA

Propriedade da

Editora Japi Ltda.

Rua Senador
Fonseca, 1.044

Redator-Chefe:

Celso Francisco
de Paula

Conselho Editorial:

Antônio F. Panizza,
Araken Martinho,
Eduardo de Souza Filho,
Erazé Martinho,
Virgílio Torricelli,
Wolf Herbert Nossak

Arte e Capa:

Araken Martinho

Ilustrações:

Suzana Traldi de Souza
Ivan Martinho

Officinas impressoras:

"Diários Associados"

Rua 7 de Abril, 230
São Paulo

Assinaturas:

Semestral Cr\$ 70,00
Anual Cr\$ 120,00

O ruim da construção é esperar por ela.

Ganhe tempo, falando conosco.

Tudo para acelerar a sua construção

Praça Dr. Domingos Anastácio, 531 — Tels.: 6-4761, 6-5128 e 4-2730



ARIEL S/A

Cala-te, boca!

"De bem intencionados o inferno está cheio", dizia um velho deitado.

E com quanta razão, dizemos nós, do JORNAL DE 2.^a.

Com a mais séria das intenções, procurando defender uma parte significativa da população, nós pesquisamos, fotografamos e escrevemos uma extensa matéria, publicada na nossa edição de n.º 4.

A reportagem nos valeu muitos aplausos de moradores da Vila Rio Branco, da Ponte de Campinas, da Ponte de São João, da Vila Argos, do Vianelo, do Jardim Cica — bairros diretamente envolvidos na questão das enchentes.

E, mais significativo do que aplausos, o jornal se esgotou nas bancas desses bairros (era nosso primeiro número posto à venda).

Nossas boas intenções atingiam, assim, o seu objetivo: alertar a opinião pública sobre algumas duvidosas prioridades das obras municipais, enquanto outras, de maior importância, ficavam para as calendas.

"De bem intencionados o inferno está cheio", dizia o velho, já em pé, de olhos arregalados diante de uma convocação da Câmara Municipal, publicada na mesma semana em que publicamos nossa bem intencionada reportagem.

Não deu outra coisa. Não na sessão extraordinária (não houve tempo) mas na seguinte (4.a-feira, dia 6 de agosto) um projeto do Executivo foi espetacularmente aprovado: 100 milhões de cruzeiros (Cr\$ 100.000.000,00) eram entregues pelo Legislativo ao prefeito "destinados ao problema de drenagens que evitariam inundações, entre outros males".

Jamais nos ocorreu que um bem intencionado alerta fosse custar tão caro à população, entre a qual nos incluímos.

Alertávamos contra uma possível calamidade e aconteceu uma calamidade maior.

Como proceder, diante disso? Foi a pergunta que fizemos a nós mesmos. Deveríamos calar, no futuro?

"Cavalo velho perde o pelo, mas não perde o vício", vociferou o velho, dando saltos de raiva diante dessa perspectiva de silenciar frente ao erro.

E cá estamos, de novo, fazendo uma nova denúncia, gritando um novo alerta para a população: a administração pública está destruindo as nossas já escassas áreas verdes! Transformando praças em loteamentos, áreas de recreação em fábricas poluidoras!

De repente, um frio percorre nossa espinha. E a espinha do velho sábio: será que existe algum órgão financiador, algum banco disposto a emprestar alguns 100 milhões "destinados ao problema das áreas verdes"?

Se houver, jamais nos perdoremos, porque fatalmente virão novas dívidas, novos milhões para o povo pagar sangrando suas economias. A Câmara que o diga.

A CIRANDA DOS MILHÕES

Francisco de Assis Oliva

Semana passada, a cidade assistiu, atônita, a mais uma ciranda dos milhões, numa apresentação magistral da colenda Câmara, sob a batuta competente do nosso alcaide. Os vereadores foram convocados às pressas para tomar conhecimento e votar, a jato, a solicitação do Executivo para contrair empréstimos no valor de 170 milhões de cruzeiros. Somado este montante aos 120 milhões autorizados há poucos meses, são quase trezentos milhões de cruzeiros de dívidas aprovadas pela Câmara.

Uma das famosas "leis de Parkinson" diz que o tempo gasto nas decisões, principalmente de conselhos ou de grupos de pessoas, costuma ser inversamente proporcional aos valores envolvidos. É a "lei da trivialidade". A verba para um cafezinho, por exemplo, é discutida longa e exaustivamente. Afinal de contas, todo o mundo entende de cafezinho. Já um projeto de uma usina atômica é aprovado em poucos minutos, pois ninguém entende disso.

Talvez essa conhecida lei explique o comportamento da nossa Câmara. Os projetos monumentais e as muitas centenas de milhões parece que inibem a maioria dos vereadores, mais afeitos aos pequeninos problemas do dia a dia. Apesar do esforço desesperado de uns poucos elementos isolados, os nossos edis parecem abdicar do direito e do dever de analisar e discutir as aplicações de grande vulto. Capitulam, como que deslumbrados, ante a desenvoltura com que o Executivo manipula seus planos milionários. E rompe-se assim o indispensável equilíbrio que deveria haver entre os dois poderes encarregados de repartir as decisões sobre o destino da cidade.

Se o Executivo diz que são necessários 100 milhões para construir uma avenida, não há o que discutir. Se o projeto de lei fala em 70 milhões para água e esgotos, nenhum detalhe mais é exigido. Se agora são pedidos mais 100 milhões para prevenir inundações, como negar isso? Até a afirmação de que estas obras para prevenir inundações são, na sua maioria, asfalto, iluminação e paisagismo das avenidas marginais, é aceita como verdade absoluta. O mérito dos projetos, a discussão de prioridades, a forma de aplicação dos recursos, as condições do empréstimo, não chegam a ser sequer cogitadas pela maioria dos nossos representantes. A ordem é votar e aprovar. É o que se pode verdadeiramente chamar de voto em cruz.

Capacidade de endividamento

Um dos pontos mais importantes nesta questão de empréstimos diz respeito à capacidade de endividamento do município. Qualquer pessoa de bom senso, ao contrair uma dívida, pergunta sempre: Como será paga? Terei condições de enfrentar o compromisso? No caso das prefeituras, os financiamentos

não devem ainda bloquear a capacidade de investimento das futuras administrações. Ignorar este aspecto seria uma deplorável inconsciência. No entanto, na ciranda dos milhões, quase nada se ouviu a respeito. As condições das dívidas, as planilhas de liquidação, a demonstração da capacidade de pagamento, não foram discutidas. No empréstimo de 100 milhões, as taxas de juros dependem do nível de tributação "per capita" do município. Não houve sequer a curiosidade de saber em que faixa nos situamos.

Todos estes dados, no entanto, são essenciais para decidir sobre os financiamentos. E parece difícil provar a capacidade de endividamento. De fato, veja-se no quadro abaixo a receita e a despesa do município, nos últimos anos. Estão apresentadas em valores correntes, e também deflacionadas, calculadas em UPC. A diferença entre a receita e a despesa dá nossa capacidade de investimento, ou de liquidação de dívidas.

Alguns detalhes impressionantes saltam aos olhos:

— A receita vem subindo de ano para ano. Aliás, cada um pode ver aí presente o seu imposto aumentado.

— Mas a despesa vem crescendo muito mais rapidamente do que a receita. Em 1972, ela representava 53% da receita; em 1975, já representa 69%! É o resultado inexorável do festival de gastos e da fúria de nomeações. Não se brinca impunemente com a administração!

— O saldo entre receita e despesa não tem praticamente crescido. Em valores deflacionados, ele é o mesmo, este ano, que o havido em 1972, ou seja, cerca de 250 mil UPC.

A conclusão é alarmante: o aumento brutal de impostos e todo o sacrifício imposto à população tem sido inútil. Os gastos exagerados da máquina administrativa ineficiente e megalomaniaca absorveram completamente os aumentos de impostos e também a crescente receita de ICM. Os recursos à disposição do Executivo cresceram bastante. Mas têm sido desperdiçados na farandula das publicações bombásticas, das nomeações indiscriminadas, dos gastos de terceiros, das despesas excessivas.

O expressivo aumento de receita vem se dissipando, e o saldo disponível para investimento continua o mesmo de há 4 anos, em termos reais gira em torno de 250 mil UPC por ano.

Ora, um empréstimo de 120 milhões representa aproximadamente 1,1 milhões de UPC. Para ser liquidada em 10 anos, a juros de 10% ao ano, representa um encargo de cerca de 180 mil UPC por ano. Os novos empréstimos representam 1,4 milhões de UPC. A 8% ao ano e prazo de 18 anos, exigirão pagamentos da ordem de 150 mil UPC por ano. Encargo total: 330 mil UPC por ano. O que acham os senhores vereadores destas dívidas e da nossa capacidade de liquidá-las?

VALORES CORRENTES (Cr\$ 1.000.000)

	1971	1972	1973	1974*	1975*
Receita	29,5	32,9	46,7	67,2	95,5
Despesa	15,7	21,0	30,0	43,7	65,8
Saldo	13,8	11,9	16,7	23,5	29,7

VALORES DEFLACIONADOS (1.000 UPC) **

	1971	1972	1973	1974*	1975*
Receita	535	491	616	748	796
Despesa	285	314	396	487	548
Saldo	250	177	220	261	248
Despesa (%)	53%	64%	64%	65%	69%
Receita					

OBSERVAÇÕES: * Os dados de 1974 e 1975 são de orçamento.

** Usou-se como base o valor do UPC no 3.º trimestre de cada ano.

PLANO DE LIQUIDAÇÃO DE DÍVIDAS

(Cálculo dos encargos anuais)

Cr\$ 120 milhões = 1,1 milhões UPC — 10 anos, 10% aa. — 176.000 UPC/ano

Cr\$ 170 milhões = 1,4 milhões UPC — 18 anos, 8% aa. — 154.000 UPC/ano

330.000 UPC/ano

PALLETS E EMBALAGENS DE MADEIRA. MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO. MADEIRAS EM GERAL, PARA INDÚSTRIA E CONSTRUÇÃO.



MADEGERAL

O maior mercado de madeiras da região

Rua da Várzea, 131 — Tels.: 4-3166, 4-3822 e 6-7366

O MDB não quer mais Giarola

Depois de dois anos de atividade política desassociada dos interesses de seu partido e frequentemente associada aos interesses do chefe do Executivo, que foi eleito pela Arena, o vereador Rolando Giarola recebeu na noite de quarta-feira a notícia da sua destituição da vice-liderança da bancada oposicionista na Câmara Municipal, sabendo ao mesmo tempo que sua expulsão já estava decidida pela cúpula local do Mandabrassa.

A deliberação do diretório do MDB, aprovada por quinze votos a zero numa reunião realizada terça-feira no Clube São João, foi comunicada ao presidente da Câmara pelo líder Abdoral Lins de Alencar, que também fez chegar à mesa um documento informando que a bancada do MDB já tinha novo vice-líder, o vereador Joaquim Ferreira, para substituir aquele que acabava de ser destituído.

Após ter ouvido pacientemente a comunicação, o vereador Rolando Giarola ergueu-se bruscamente da cadeira que ocupava junto à mesa (uma 2.ª secretaria que conquistou compondo a chapa arenista), dirigiu-se à tribuna e pediu a palavra "pela ordem". Daí começou a criticar asperamente o líder da sua bancada, necessitando ser repreendido pela presidência, que procurou lembrá-lo que não estava levantando nenhuma questão de ordem e que, portanto, infringia disposições do regimento. Mesmo com a palavra bloqueada pela presidência, ele permaneceu ainda na tribuna por mais de dois minutos afirmando que mesmo expulso, dentro ou fora do MDB, continuava com o povo.

Passado o momento de exasperação de Giarola, o vereador Henrique Victório Franco se dirigiu à presidência em segundas questões de ordem para se informar sobre a situação da Câmara ante a expulsão daquele vereador do partido oposicionista.

Justificando o seu interesse pelo fato de estar para ser votado um projeto de lei, Franco queria saber: uma vez expulso do MDB, ficando sem partido, Giarola

continuará compondo o quadro de vereadores? a quem caberia decretar a extinção de seu mandato? seu voto seria considerado para a aprovação ou rejeição dos projetos que fossem submetidos a apreciação a partir daquele momento?

Por medida de cautela, o presidente Carlos Ungaro evitou fazer qualquer afirmação taxativa acerca da situação do vereador Giarola, limitando-se a informar que o assunto seria submetido à assessoria jurídica da Casa e, enquanto isso, segundo seu entendimento, continuaria ele em pleno gozo dos direitos de quando foi empossado.

MOTIVOS DA EXPULSÃO

O afastamento de Rolando Giarola das fileiras do MDB vinha sendo reclamado desde há longo tempo por numeroso grupo de correligionários que não mais suportava vê-lo aparecendo ao lado do prefeito na quase totalidade das fotos publicadas pela imprensa, como também repugnava a sua atuação na Câmara Municipal sempre votando a favor dos projetos em que o MDB deveria ser contra em razão de diretrizes fixadas pela cúpula.

A deliberação da semana passada só se consumou após uma série de proveitosos ensaios, para que pudesse chegar ao diretório regional isenta do risco de uma impugnação. Como provas da infidelidade do vereador, foram remetidos à cúpula partidária regional documentos onde é revelada a participação dele na convenção da Arena atuando como cabo eleitoral do prefeito Ibis Cruz (ao mesmo tempo que deixava de votar na convenção de seu partido) e apontado o seu desrespeito às diretrizes fixadas por sua bancada no sentido da rejeição dos dois projetos do prefeito que versavam sobre autorização para os empréstimos de Cr\$ 70 milhões e Cr\$ 100 milhões, respectivamente, o primeiro aprovado pelo seu voto e o segundo com a sua abstenção.

Legislativo e Executivo Municipais — II

As vantagens de contar com a maioria no Legislativo são indiscutíveis para a cobertura de projetos e de uma boa administração, sem que seja preciso exigir votos inconscientes ou de cabresto.

A votação contra um projeto do Executivo numa Câmara que se preze, seguirá sempre a linha do bom senso. Sendo o exame das proposições bem feito e a discussão encaminhada livremente, jamais a votação tomará rumo contra o interesse coletivo. Nem mesmo a oposição se colocará, sem desgaste, contra uma boa lei.

Quer dizer que um chefe de Executivo, devidamente interessado no bem estar de sua gente, cômico dos seus deveres e obrigações, agindo sempre como bom político e administrador, jamais terá contra si os representantes do povo.

Quanto ao interesse partidário, não será correta a posição do vereador colocando-se ao lado do partido e contra o interesse público. O interesse partidário somente poderá prevalecer quando se discute ou delibera sobre assunto de ordem política. Quando se trata de proposições de interesse público, somente este deverá contar.

Vamos explicar para não ficar nas entrelinhas.

Discute-se um projeto destinado, por exemplo, a obter aprovação de verba para determinada obra pública.

O problema poderá ser de interesse público ou de ordem política. Não se poderá considerar de interesse público somente porque será uma obra pública.

Como o legislador conseguirá distinguir uma de outra coisa?

Será necessário, em primeiro lugar, verificar se a obra é mesmo de interesse e está sendo reclamada pela população, e tem caráter prioritário ou se, ao contrário, não irá prejudicar outras, ou mesmo impedir a construção ou execução de projetos muito mais importantes.

Se a prioridade é forçada e se a sua colocação na frente de outras de maior necessidade foi visível, há que se estudar devidamente o porquê da história, considerando-se que tais procedimentos, quando não representam a incapacidade do administrador, poderão encabeçar interesses obscuros, podendo ser políticos ou não.

Seria de desejar que os vereadores, quando incapazes de conhecer o real sentido de um projeto e subsistindo apenas a dúvida quanto aos seus objetivos políticos, cuidassem de ouvir as diretrizes partidárias, solicitando orientação. Isso não seria submissão, nunca. Inteligência e fidelidade partidária, sim.

Na verdade, e isso é geral, todo aquele que se elege, vereador e prefeito, no dia seguinte ao da posse passa a ignorar o partido que lhes

deu legenda. Quer dizer trabalham por conta própria, embora sem capital.

Temos dificuldades em expor um assunto sem exemplos diretos, e para dar uma ligeira demonstração do que dissemos, vamos lembrar um episódio em que a Câmara Municipal de Jundiá aprovou, com apoio de maioria da bancada da ARENA, um projeto autorizando a emprestar 120 milhões de cruzeiros para as obras do plano viário. A respectiva agremiação partidária em reunião do Diretório deliberou intervir. E, após estudos ainda não contestados, colocou sob suspensão a concorrência e o contrato das obras da avenida Córrego do Mato.

Temos aí um evidente projeto político sobre o qual, enquanto não fossem fornecidas provas em contrário a Câmara não deveria liberar e muito especialmente a bancada partidária.

Enquanto passasse sobre a concorrência e o contrato do plano viário o estigma da lesividade à economia municipal, a Câmara tinha o direito e a obrigação de não considerá-lo de interesse público. Se fossem, após estudos indispensáveis, conscientizados do real valor e oportunidade da obra, então os vereadores, deveriam aprová-lo. Embora a Câmara com requerimento aprovado por unanimidade tenha aberto sindicância para a devida apuração das denúncias, não foi assim que suce-

deu. Aprovou-se o empréstimo em sessão extraordinária, equivalendo dizer, numa linguagem bem apropriada, a toque de caixa.

Aliás, o expediente de sessão extraordinária está se tornando rotina, quando se deseja apressar os debates, impedir estudos e evitar que o público tome conhecimento da matéria. Prática condenável, considerando-se que somente deverão ser tratados em sessão extraordinária assuntos relevantes e de extrema urgência, as quais perderão a oportunidade se não forem aprovados. Até hoje, não entrou um projeto sequer em sessão dessa natureza que preenchesse as condições previstas em nossas leis.

Registre-se, mais, que as convocações são feitas às sextas-feiras para melhor caracterizar a intenção acintosa de menosprezo aos vereadores e à coletividade jundiáense.

Das funções que, ainda restam aos vereadores no exercício de seus mandatos, resta-nos apreciar a mais importante, que é a de fiscalizar, bem como a que serve para os prefeitos transformarem os vereadores em seres dependentes e comprometidos, usando a máquina administrativa para atendimento aos seus pedidos e exigirem seus votos. Embora seja esta uma verdade dura de dizer é exatamente isso que se dá. Voltaremos.

Virgílio Torricelli

RETRATAÇÃO

O vereador Romeu Zanini retratou-se, na sessão passada da Câmara Municipal, das afirmações que fizera na semana anterior, de que na gestão do prefeito Omair Zomignani levantaram boatos contra ele sobre o roubo de 40 milhões.

Romeu leu sua retratação da tribuna e foi elogiado pelos colegas.

POLUIÇÃO

"As residências dos moradores que residem na rua Oswaldo Cruz" (Giarola) continuam recebendo o pó preto da indústria localizada naquele setor. O pó, segundo a denúncia, é causador da silicose, doença que vem ameaçando os moradores.

FRANGOS

Um frigorífico localizado entre os bairros do Poste e Varjão vem despejando frangos mortos (Giarola) no rio Jundiá. Já imaginaram se fossem frangos vivos?

CERTIDÕES

Para que não voltem a se referir, da tribuna da Câmara, a boatos desairosos à gestão Omair Zomignani, ficaram arquivadas na secretaria da nossa Casa de Leis, quatro certidões comprovando o arquivamento dos inquéritos que envolveram o nome daquele prefeito em sua época. Coube ao vereador Adoniro José Moreira apresentar tais documentos à Casa.

VAZAMENTOS

Continuam a aumentar em toda a cidade. Agora é nas ruas São Bento, Carlos Gomes, Torres Neves, Praça da Bandeira

consórcio A melhor maneira de
LUCHINI começar a segunda-feira
com o pé direito num acelerador

Morte na Fonte Luminosa

Outro dia esteve aqui a senhora (ou senhorita?) Petronilha Antunes, e a primeira coisa que pediu foi pra ver Lamaneres, Minguta e Vanderley, o famoso trio médio do Paulista. Ninguém achou o trio médio, e muito menos o Paulista. Pediram desculpas à velha senhora, e ofereceram-lhe uma compensação:

— Conhece o sr. Andrada? E o sr. Gutierrez?

Não conhecia. Então foi convidada para um "vernissage" na Cuca, mas a idéia foi repelida com repugnância. A sra. Petronilha considera artistas plásticos seres um tanto abjetos e mesquinhos.

— A senhora aceita um telefone? A Telesp...

— Um jantar no Lions?

— No Rotary, então?

— Uma sublegenda da Arena?

— Um comício do MDB?

— Uma pornochanchada a cores, no Ipiranga?

— Uma citação na coluna social?

— Um drinque no Dadá?

— Uma assessoria de imprensa?

— Um pontapé inicial?

— Uma estatística do Moral?

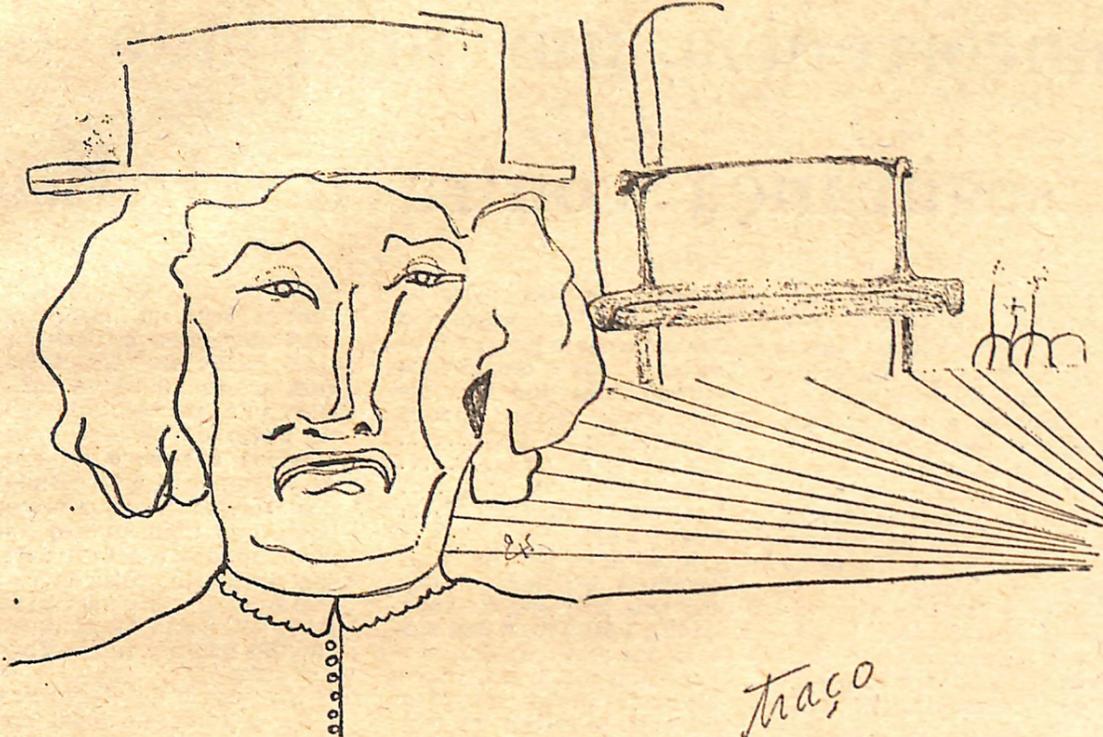
— Um novo jornal?

— Uma feira de ciências?

— Um centro cívico?

— Uma tomada de consciência das lideranças da cidade?

A senhora Petronilha, ou senhorinha que seja, repeliu tudo com indistigável tédio. Declarou que sua visita a esta cidade prendia-se, antes de mais nada, a motivos de ordem sentimental. Tinha ido e tinha vindo por muitas pa-



ragens, estava um pouco empoeirada, e não via porque trocar salameleques e cerimônias. Preferia um Campari bem gelado. Com limão.

(Intervalo: algumas pessoas muito sérias, reunidas num lugar muito sério, usando uma linguagem muito séria, discutem assuntos muito sérios, com uma empoação de voz muito séria. Apreendem-se, por aqui e por ali, muitas palavras soltas, descoordenadas. Fala-se em retomada, ambivalência, subsistência, chega

pra lá, tomais mais 100, fala mais alto, burro é você. Realmente o quadro é desconexo. E' quase impossível juntar as coisas e estabelecer um raciocínio linear. Que estará ocorrendo, Santo Deus? Não. É melhor não envolver o padre Eterno em tramas escusas).

Enquanto isso acontece, a velha senhora, indignamente toma seu Campari, e se queixa do gelo opaco, clorado.

Recebe visitas, comissões, comandadores, pergaminhos, ramos de rosas, buquês, co-

mendas, títulos de cidadã honorária, insultos, impropérios, aleivosias, ofertas de emprego, subornos, chamadas interurbanas, mas não dá o braço a torcer.

Continua recusando convites:

— Uma cadeira na Academia de Letras?

— Um exemplar do Pequeno Príncipe?

— Uma foto na primeira página?

— Uma conferência sobre marketing?

— Um sorvete dançante?

— Uma caixa de uva?

— Uma sessão da Câmara?

— Uma camada asfáltica?

Não, não e não. A velha dama, um tanto fútil porém íntegra, não está disposta a rapapés, louvaminhas ou arreglos.

Intervalo II: As pessoas sérias do intervalo anterior continuam reunidas para estudar uma providência a ser tomada. Não há nenhuma dúvida a respeito: a velha dama, por mais respeitável que seja, está beirando a intransigência total. Estão todos, perplexos, diante de um fato inédito. Ouvem-se mais murmúrios: reciclagem, demanda, cheque sem fundo, sal de baixo, assim não dá, é muito pouco).

A velha dama, ereta e incôgnita escapa esgueirando-se pelas esquinas, subindo e descendo ladeiras, arrasta a sua longa saia de tule pelas calçadas, atravessa ruas, respeita semáforos. Chega na praça, velho Largo da Matriz, atira-se na Fonte Luminosa que não existe mais, banha-se com a alegria irracional dos marrecos, revive a adolescência furtiva e perigosa, e morre tragicamente afogada a rés d'água, borbulhando, borbulhando, borbulhando uma estranha água azul violácea.

Há quem sustente a tese do suicídio. Há quem diga que foi induzida a tão inglória morte.

Sandro Vaia

Sem sal, sem céu, sem sol...

Para enfrentar os problemas rurais que nos afligem há, agora, um pequeno grupo, de efetiva liderança e em permanente atividade. Há uma divisão de tarefas com uma programação em contínua readequação para melhor rendimento da ação. E' lógico que nesta ação uma parte me caiba. E, desenvolvendo a minha parte, num dia deste, passado, me tocou ir à São Paulo. Peguei o ônibus no barracão da praça da Bandeira — cartão de visitas de Jundiaí — e desci na rodoviária da Capital.

Mais de ano qu'eu não ia lá, embiquei pela velha rua de Santa Ifigênia; pouco mudada, ainda com ares da velha e saudosa São Paulo do eu menino (que me desculpe o poeta de Paságarda por tomar emprestado esta lindeza de expressão de duas palavras, "eu menino"). A medida qu'eu ia andando, a brisa do passado vinha ao meu encontro. No largo de Santa Ifigênia, olhei pra esquerda; onde tava a rua da Conceição? Ali, quase na minha frente meio em ruínas estava o edifício d'"A Gazeta". Lembrei da sua sirena urrando ao meio-dia, ouvida em todo o centro, de permeio com o toque festivo do relógio do Mosteiro de São Bento. Entrei pelo viaduto de ferro; balaustradas desenhadas, ponte importada como tudo naquele tempo, arte em ferro e aço, "meldeinínglande", agora completamente abandonada e com visíveis nódoas de deterioração. Cheguei ao largo de São Bento; onde estão as árvo-

res? O largo de ar festivo, domingueiro todos os dias da semana, desapareceu. Virou concreto. Olhei a igreja; pelo menos os dois anjinhos, martelo em punho — são os dois anjos machos qu'eu conheço — lá estão no alto socando o sino ao comando do velho relógio que ainda lá está graças — só pode sê — ao bom Deus. Entrei na igreja, e a saudade entrou comigo. Domingo, missa das dez, procissão dos frades entrando em silêncio antes dos oficiantes e acólitos.

O turíbulo, o canto inicial em gregoriano...

— Asperges me!

E a fradaçada tudo junto, firme no canto-chão... O Kyrie, Gloria, o Pater Noster, éta buniteza!

Era como eu se tivesse vendo. Relembrei toda a missa antiga, o canto-chão, tudinho tudinho, que disse eu sou capaz. Aquele latinório misterioso — nós não entendíamos todas as palavras — mensagens que só Deus podia entender. O cerimonial, a liturgia, a pompa, reduziam os fiéis e u'a massa humilde e esperanzosa — tantas reverências e circunstância só poderiam ser orientadas na direção de um Deus Misericordioso — miserere mei. Ao Evangelho... onde estão os padres, braços abertos, no alto do púlpito, voz trovejante? Frei Onório? Frei Julião? Mont'Alverne? Baraúna? Onde estão vocês? Aquele plá... cabô? Num dava mesmo, eu sabia; mêsse grande e poucos operários.

Hoje tá tudo diferente. Missa com violão, pandeiro e música de Roberto Carlos, oficiante com voz de pilha fraca.

O homem não fala mais em latim, qué dizê, não estudou nada, não se aprofundou em nada. Pensa que é só dizê: "Em nome de Deus, declaro aberta a sessão", com aquela arrogância de quem sabe tudo. Não é uma humilde invocação a Deus: E' uma intimação. Só os muito cultos tem a humildade para invocar. Os comuns intimam; pegam um deus (com d minúsculo) e à força, sentam-no na platéia. E é com esse deus convocado derrepente que eles armam aquela coisarada toda. O homem comum deixou de inclinar a cabeça à passagem do Sagrado para andar genuflexo pedir o prometido pelos administradores. Antigamente — muito antigamente — a gente falava co padre e tava tudo resolvido. Hoje a liderança da igreja foi soprada pra longe pelo vento do modernismo.

Eu ainda estava meditando na igreja quando a voz do velho Bartimeu, meu pai, ressoou lá no fundo do meu coração: Bartimeu, vamo s'imbora; a Missa acabou pr'a sempre. Vá ajoelhar noutra lugar, na frente dos potentados se quiser resolver os problemas da tua gente.

Sai da igreja. Lá fora, a bruma sufocante, gente apressada e insossa, autômatos sem horizonte.

Sem sal, sem céu, sem sol...

O Bartimeu



Nós temos uma excelente imagem nesta cidade.

E em muitas outras do Brasil.

Indústria de Antenas JUNDIAÍ Ltda.

Fabricantes exclusivos de antena "Parabólica" e das melhores antenas para Tv UHF e VHF.

Loja: Rua São Bento, 126 — Telefone 6-8164.

Fábrica e Escritórios: Via Anhanguera, km 60,800 — Telefones 6-1111 e 6-8142.

Depois do resultado da concorrência, um mandado de segurança contra o DAE.

"...e a população de Jundiá continua entrando pela tubulação."

A frase é do vereador Joaquim Ferreira, do MDB, que a fez constar dos anais da nossa Câmara, logo no início da legislatura atual e repetindo toda vez que vai à tribuna para comentar assuntos ligados à área do DAE.

As várias reclamações do povo contra a autarquia, nas quais o referido vereador inspirou sua frase, vieram juntar-se, recentemente, as de duas firmas empreiteiras que se sentiram prejudicadas no julgamento de uma concorrência pública realizada com o propósito de se contratar a execução de serviços de assentamento de tubulação de uma subadutora, com fornecimento dos canos por aquele organismo da administração municipal e o restante por conta da firma que fosse contratada.

As queixas dos municípios, relativas à má conservação das redes de esgotos, aos inúmeros vazamentos da rede de água, aos constantes cortes no fornecimento, enfim, contra o

acentuado aumento das tarifas e imposição de recolhimentos extras (pela substituição de hidrômetros, ligação de água nas residências e até mesmo mínimos consertos na rede), são comumente apresentadas através do noticiário da imprensa diária ou nos balcões da própria autarquia, na rua Zacarias de Góes.

O caso das duas empreiteiras, entretanto, já ganhou o rumo diverso. Depois de ambas terem recorrido administrativamente da decisão da comissão julgadora da concorrência, uma resolveu demandar judicialmente, impetrando mandado de segurança com o DAE.

Ao que consta desse processo ora em tramitação pela 4.ª Vara de nossa Comarca, atendendo ao chamamento do edital n.º 04/75, cinco firmas apresentaram suas propostas em tal concorrência cujo julgamento se faria considerando a capacidade técnica e financeira de cada licitante; os preços unitários e globais que apresentassem para a execução dos

serviços; as condições de pagamento; o prazo e o equipamento e pessoal oferecidos. Os orçamentos apresentados por elas foram estes: firma a) Cr\$ 1.405.155,00; b) Cr\$ 733.220,00; c) Cr\$ 1.377.159,00; d) Cr\$ 1.841.733,00; e) Cr\$ 1.042.175,00.

A adjudicação da concorrência à firma que deu aos seus serviços o valor de Cr\$ 1.042.175,00 deu motivo aos recursos das proponentes a e b, a primeira alegando que o critério de julgamento esteve em desacordo com as regras pre-estabelecidas no edital (a mudança "das regras do jogo iniciado"), que se propusera a executar os serviços na metade do tempo (120 dias) proposto pela vencedora etc. etc.; a segunda dizendo ser possuidora de maior capacidade técnica comprovada pela SABESP, ter oferecido 10% de desconto para o pagamento das medicações a vista, ter-se proposto a executar os serviços em 83 dias (também menos tempo que a vencedora) e apresentando ainda um

preço Cr\$ 268.955,00 menor. Juntou esta última, em suas alegações, críticas ao DAE por não ter feito constar do edital da concorrência menção alguma ao prazo de entrega dos serviços e nem o critério de julgamento pelo cálculo dos desvios sobre o preço base (que também não foi mencionado) e à forma de sua aplicação, coisa que é costumeiramente feita pela SABESP, pela Prefeitura de São Paulo e outras Prefeituras.

No exame das impugnações, a comissão julgadora optou pela manutenção de sua decisão e sugeriu ao superintendente da autarquia a homologação da adjudicação à firma declarada inicialmente vencedora.

Inconformada, a firma que propôs o menor preço impetrou o mandado de segurança, reafirmando que foi a que apresentou maiores vantagens à administração pública e repetindo suas críticas ao DAE, assim agora expressas:

"Conforme ata em anexo, a Comissão diz expressamente que foram usados "2 critérios" para julga-

mento: "O do "desvio mínimo" partindo do preço base" e o critério do "desvio padrão". Conclui falsamente a Comissão que a proposta superior mencionada (Tecino) "é a de menor valor (???)", excluindo a proposta da impetrante".

"Como se verifica, a Comissão usou de 2 critérios não previstos no edital, o que, por si só, repita-se, já constitui nulidade absoluta. Note-se que, usando critérios e fórmulas esdrúxulas, para não dizer suspeitas, a Comissão, com sofismas, numa parcialidade gritante, chega à absurda conclusão que o preço de Cr\$ 1.042.175,00 "é menor" que o preço de Cr\$ 733.320,00!"

Relativamente ao DAE, esse é o caso que se encontra atualmente na Justiça, engrossando o rosário de ações ajuizadas contra a atual administração do município. O exame dessa matéria por certo implicará na análise não apenas do seu aspecto de legalidade mas também da moralidade do ato administrativo, isto levando-se em conta a vultosa soma de dinheiro público em jogo e os interesses que uma tal quantia pode despertar.

A primeira vista parece nítido que ao DAE — portanto ao Município — a menor proposta seria a mais vantajosa, pois assim se gastaria Cr\$ 268.955,00 a menos, alcançando os mesmos objetivos. Se razões verdadeiramente justas não existirem para a autarquia abrir mão de tal diferença, a conclusão que se terá que chegar é que, a exemplo do ocorrido na concorrência n.º 66/73, da Prefeitura Municipal (sistema viário), o caso merecerá ser visto também pela Câmara, a fim de que seja apurada a sua irregularidade. Muito embora sejam mínimas as esperanças de que este órgão atue com decisão e firmeza, haja vista que sua disposição, ultimamente, tem sido maior em aprovar autorizações para novos empréstimos (com toda a urgência, mesmo para o próprio DAE) do que para dar encaminhamento àquele processo iniciado há um ano com o memorável relatório da comissão de técnicos designada pelo diretório da Arena.

"Quando uma nação começa a pensar é impossível detê-la"

Voltaire

Ante a falta de informação vigente até há poucos meses, a grande maioria da população sentia-se tranquila em relação ao grave problema da corrupção, que, com raras exceções localizada, parecia controlada em âmbito nacional.

Repentinamente, com a liberalização da imprensa, casos e mais casos foram levados ao conhecimento público e ao dos setores dirigentes da nação. E o Governo não se omitiu de suas responsabilidades. Sem considerar filiações partidárias ou repercussões, tomou conhecimento dos fatos, instaurou inquéritos e em casos em que cabia a medida, puniu sumariamente os culpados.

Levantou-se em todos os cantos do país uma onda de denúncias, de pedidos de averiguação, de julgamento que vieram provar que a hidra da corrupção não estava ainda vencida e que a vigilância não poderia ser atenuada.

Em recente pronunciamento, o senador Roberto Saturnino, em nome da liderança do MDB, esclareceu:

"A corrupção existe em qualquer regime, não apenas no capitalista, mas também no comunista e no socialista".

E, continuando, com grande lucidez:

"O combate à corrupção é muito dificultado pela falta de informação, pela falta de divulgação, pela censura à imprensa. Mas, não apenas a corrupção é importante. E o fato de defendermos a liberalização da imprensa é uma das razões pela qual nós defendemos o combate à corrupção e a valorização dos princípios morais. Mas existe também a outra face do problema, que é a distorção na aplicação dos dinheiros públicos em relação aos interesses públicos, isto é, a coincidência perfeita da aplicação dos dinheiros arrecadados em relação ao conjunto de prioridades estabelecidas pelo próprio interesse da maioria".

Os sindicatos empresariais ligados à construção civil vem arguindo constantemente os poderes públicos com relação ao decreto 73.140, de 09 de novembro de 1973, que regulamentou as licitações e os contratos relativos a obras e serviços de engenharia na administração pública, licitações essas que não podem ser realizadas tendo por base apenas o anteprojeto das obras.

As licitações somente podem ser levadas a efeito depois de ser elaborado pelo Governo o projeto de estrutura e serviços complementares.

O artigo 3º do mesmo decreto exige para a licitação a definição precisa de seu projeto, caracterizado por projetos completos, especificações necessárias ao perfeito entendimento pelos interessados dos detalhes da obra ou das obras a serem executadas. E mais: *é exigida a previsão dos recursos orçamentários suficientes ao desenvolvimento normal dos trabalhos, segundo venha a constar do cronograma de obras.*

Nada disso foi observado em Jundiá, onde um anteprojeto envolvendo importâncias fabulosas foi licitado às carreiras e teve o seu orçamento aprovado em regime de urgência, sem análise e sem a previsão dos recursos orçamentários "que pudessem garantir um desenvolvimento normal dos trabalhos segundo o cronograma das obras".

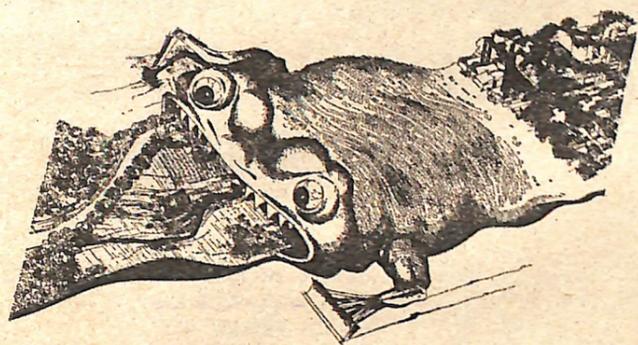
Agora é justo que, dentro de tanta imprevisão e malbaratamento dos dinheiros públicos e perante a reação governamental e do público onerado, os que se omitiram ou se beneficiaram comecem a se arrecear do inverno que inexoravelmente se aproxima, inverno de suas esperanças de impunidade.

Alberto Traldi

Armários embutidos: uma solução prática.
Credi-Nino: a solução mais prática para você comprar armários embutidos.
Orçamentos sem compromisso. Financiamento até 24 meses.

Rosário, 397

Áreas verdes. Onde?



“O Espigão”, novela que fez grande sucesso na tevê, tinha como tema a ameaça de extinção de uma área verde num bairro carioca para atendimento dos interesses de um grupo de especuladores. Em Jundiaí, hoje, as áreas verdes estão sendo extintas até mesmo antes de se formarem. O arquiteto Antonio Fernandes Panizza possibilitou ao *Jornal de 2.^a* a montagem da reportagem que é apresentada nestas quatro páginas.

O bairro da Bela Vista já pode mudar seu nome

GRACAS a um projeto do vereador Carlos Úngaro, que acabou sendo aprovado pela Câmara Municipal, Jundiaí deixará de ter a praça que lhe estava prometida num de seus pontos mais bonitos, por isso chamado Bairro da Bela Vista.

O bairro referido ocupa o topo de uma elevação de onde se pode avistar toda a parte sul da cidade, desde a Vila Rami até a colina ocupada pelo nosso centro comercial. O Viavelo inteiro, a Vila Arens, a Duratex e a Vulcabrás acham-se contidos nesse panorama. Grande parte da população jundiaense conhece e aprecia esse belo local.

A área não é grande, como também o bairro não o é. Isto significa que a proporção de suas dimensões correspondem às necessidades de recreação do local, onde, no entanto, não existe ainda nenhuma praça, a não ser um pequeno barranco junto a um loteamento de encosta, que ficou reservado para esse fim.

Com a aprovação do projeto Carlos Úngaro, o espaço reservado para criar a área verde da Bela Vista ficou condenado a ter uma outra destinação: agora poderão ser construídos ali edifícios para fins residenciais e até mesmo algum “espigão”.

O projeto demorou dez meses tramitando pela Câmara Municipal. O autor, por diversas vezes, pediu o adiamento da sua discussão, certamente temeroso de uma rejeição pela edilidade, o que, entretanto, não iria acontecer, haja vista a grande dificuldade demonstrada pela maioria dos vereadores para compreender o mal que fariam à cidade, aprovando-o. Tivesse o projeto originado-se do Executivo, a aprovação dar-se-ia num tempo bem menor, talvez mesmo em regime de urgência urgentíssima, como tem ocorrido com inúmeras proposições assinadas pelo alcaide.

Uma indagação que fica sem resposta é sobre o porquê de não se ter consultado a Comissão do Plano Diretor a respeito do assunto, seguindo nisto a orientação do assessor jurídico da própria Câmara, se houve tempo de sobra para fazê-lo. Diga-se, de passagem, que não apenas a comissão do plano deveria ser ouvida, mas também a Diretoria do Planejamento, considerando que a Lei do Plano Diretor estabelece em seu artigo 2.04: “A elaboração, desenvolvimento e atualização do Plano Diretor, o detalhamento de



O projeto de lei 2909, de autoria do vereador Carlos Ungaro, com a frágil justificativa de que a área é pequena para recreação ou lazer, foi aprovada pelos vereadores a 06-03-75. Sem os pareceres técnicos determinados pela legislação em vigor, esta decisão foi o golpe mortal no que seria o maravilhoso recanto do bairro da Bela Vista.

suas soluções técnicas e a feitura de projetos específicos dele decorrentes são da responsabilidade da Diretoria do Planejamento, ouvido o prefeito municipal.”

Com tanta gente obrigatoriamente envolvida, como foram os vereadores deixar que a matéria passasse sem qualquer consulta aos órgãos técnicos? Na votação desse projeto estiveram eles realmente na defesa dos interesses da coletividade?

O vereador Abdoral Lins de Alencar tinha dúvidas sobre a matéria. Disse ele na ocasião de discuti-la:

“Conheço essa área mais ou menos e sei como ela consta no Plano Diretor... Por isso eu pediria ao autor do projeto, vereador Carlos Úngaro, justificações sobre esse problema, porque ali se vai tratar de uma área já bastante sacrificada, porque não existem mais áreas verdes e

os seus lotes são todos de cinco, seis metros e não estou informado da existência de uma outra área verde ali por perto. Por isso, espero que o autor nos dê esclarecimentos a este respeito, pois, ao que me parece, aquela área é de propriedade do ex-presidente Jânio Quadros e está para ser vendida. Tenho informações assim esparsas sobre se ainda é daquele sr. Jânio Quadros...”

Carlos Úngaro, na tentativa de esclarecer:

“Realmente este projeto visa a uma alteração do Plano Diretor, desde que esse mesmo plano foi aprovado por esta Câmara. Infelizmente, desde 1969, há praticamente seis anos, os proprietários daquela área estão sem poder fazer qualquer coisa dentro dela ou com ela. É propriedade particular...”

Alencar aparteia, lembrando que a desapropriação pela

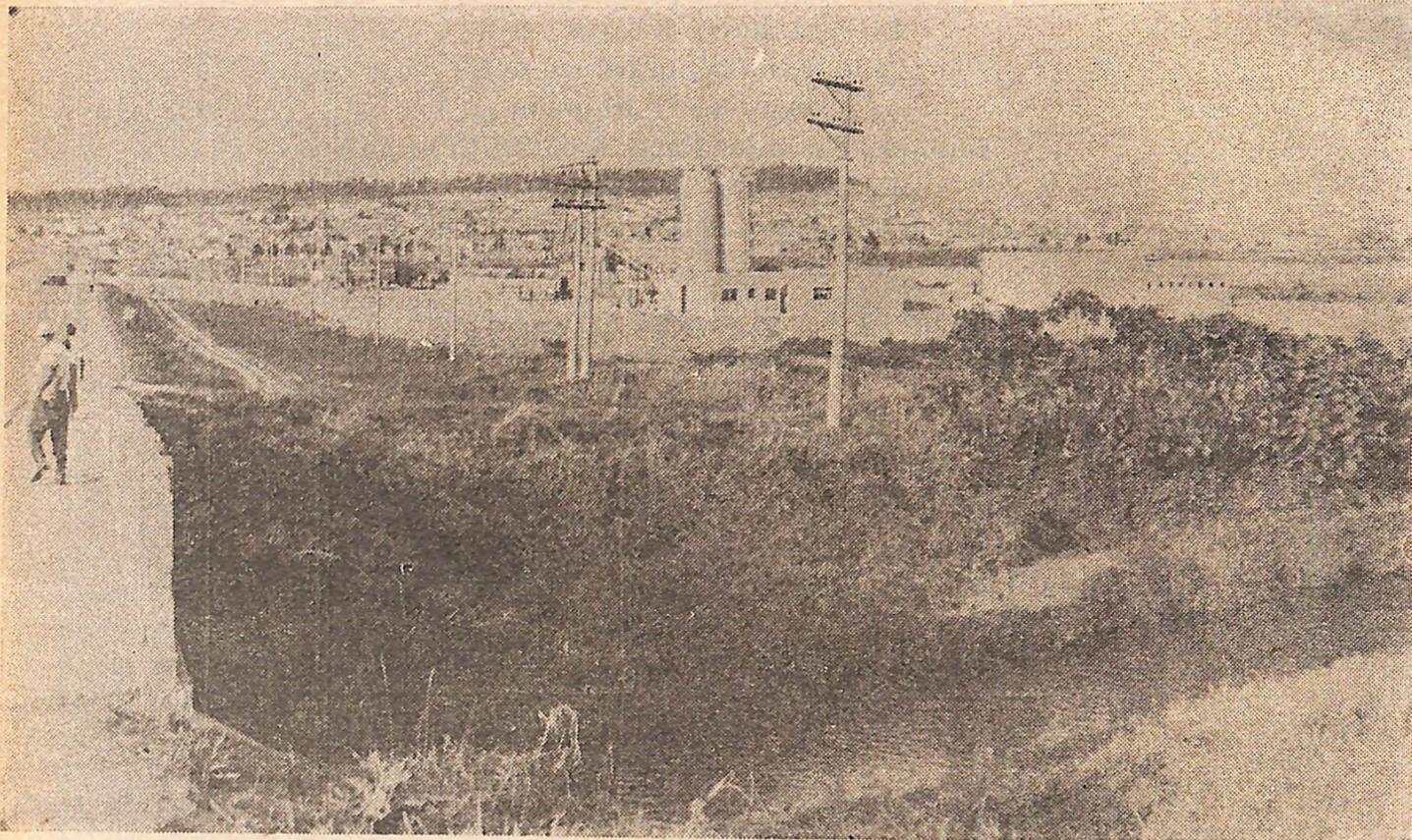
Municipalidade seria o caminho adequado. Carlos Úngaro prossegue, lembrando que até hoje “nenhum prefeito interessou-se por desapropriá-la e o atual foi consultado mas não está interessado... É um barranco realmente, não sei de quem é a propriedade. Talvez seja mesmo, por informações, do sr. Jânio Quadros. Mas seus proprietários nada podem fazer lá, não podem vender nem cortar o mato, nada, nada, nada! E não podem porque está declarada de recreação e paisagismo... Esta é a principal motivação pela qual apresentei este projeto de lei e, evidentemente, quero deixar bastante claro que sou contrário a que se aniquilem reservas florestais, mas ali não tem nada disso que se está pensando e acredito que ali seja até um local altamente poluído...” (grifo da redação).

Também usando da palavra, para discutir a matéria, com a intenção de ser “rápido, preciso, simples e objetivo”, o vereador Joaquim Ferreira criticou o abandono (pela Prefeitura) de terrenos reservados para fins paisagísticos, afirmando que só por isso, para liberar os imóveis da Bela Vista, que ia aprovar o projeto. Revelando total ignorância do que seja uma área reservada para fins paisagísticos, ele chegou também a dizer: “Esse caso dessa área... paisagístico só se for para caçar, com qualquer coisa, com espingarda, pois ali tudo está abandonado!”

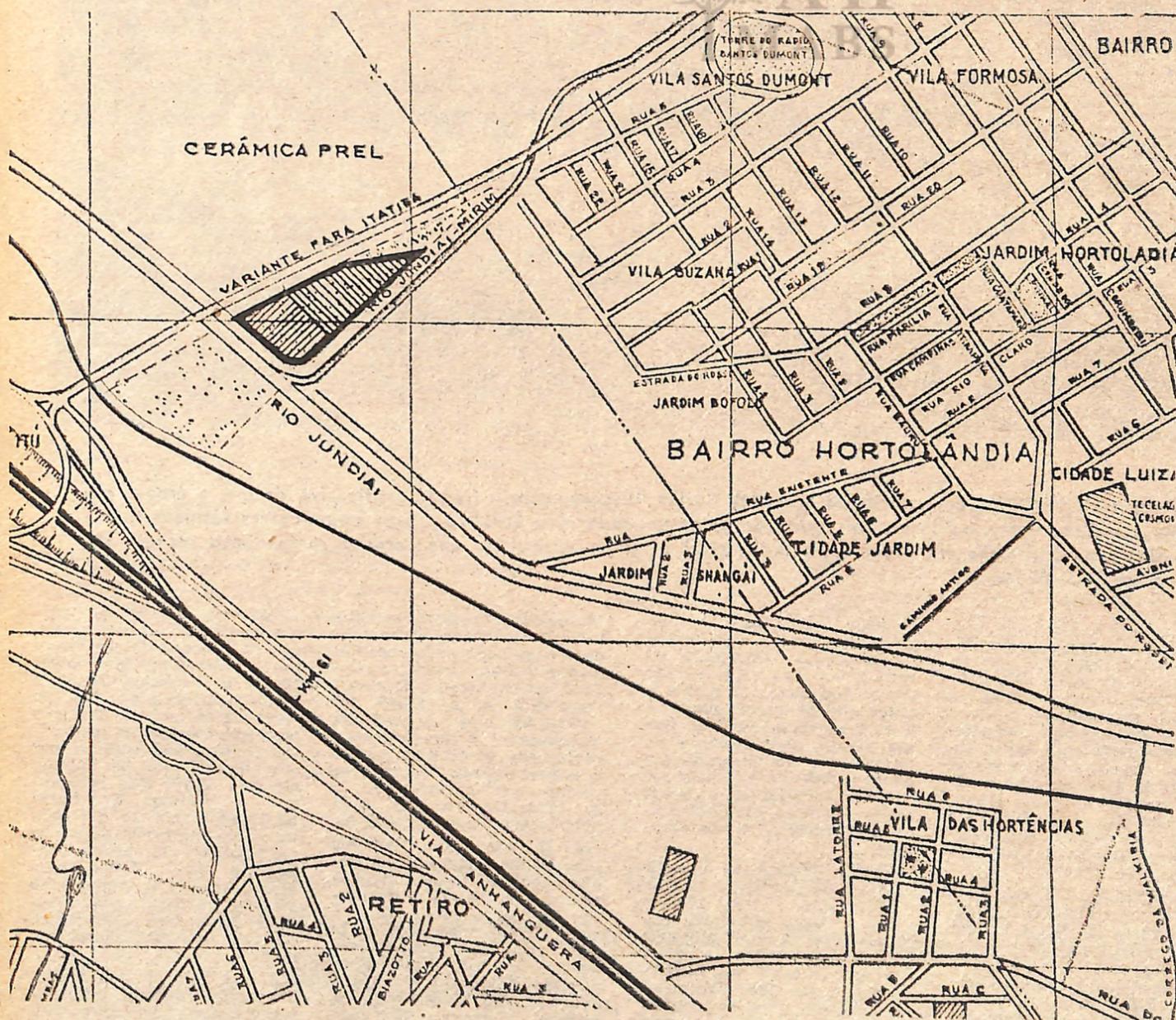
É com base em tão absurdos argumentos, 15 vereadores votaram pela aprovação do projeto, decretando a morte da área verde da Bela Vista antes mesmo de ser criada na forma prevista pelo Plano Diretor.



A Vila Hortolândia só terá verde no seu nome (Horto...)



A foto mostra o que deveria ser área verde sendo ocupada por construção para fins industriais. Ao fundo, o bairro Hortolândia.



No mapa, o destaque indica a área onde está sendo construída a indústria, e que pela lei do Plano deveria ser destinada a recreio e paisagismo.

O Plano Diretor Físico-Territorial de Jundiaí, embora tímido para alguns, não deixou de cuidar da preservação de áreas destinadas ao uso recreativo-paisagístico e sistema de recreio.

É preciso ter perfeita compreensão do que significam estes termos:

Setor recreativo paisagístico: — terreno que pode ser utilizado pelo proprietário, em lotes grandes (5.000 m²), com baixo índice de ocupação (10%), e em funções típicas de recreação e paisagismo (especiais).

Sistema de recreio: — áreas destinadas ao uso público, como praças, parques e logradouros em geral.

Na Vila Hortolândia, bairro praticamente sem áreas verdes, o Plano Diretor fez constar a reserva de um terreno triangular, de uma largura não muito grande, com limites bem definidos, que são: rio Jundiaí-Mirim, rio Jundiaí, rodovia estadual de ligação do trevo de Itu à estrada de Itatiba.

Ao contrário do bairro da Bela Vista, onde a praça está deixando de ser lei para vir a ser, lamentavelmente, ocupada por construção, na Vila Hortolândia a área mencionada ainda permanece como sistema de recreio na lei do Plano, mas já está sendo ocupada por construção. Esta, pelo menos ao que parece, é para fins industriais portanto, conflita frontalmente com a lei. Se estes aspectos se confirmam, a construção não pode ter tido autorização da Secretaria de Obras para ser executada. C que significa ser uma obra clandestina.

Autorizada ou não, a área está sendo ocupada quando deveria ser desapropriada. Um bairro como a Vila Hortolândia, com toda sua extensão, por certo deve recoller muito imposto à Prefeitura. E, assim, deveria merecer melhor consideração.

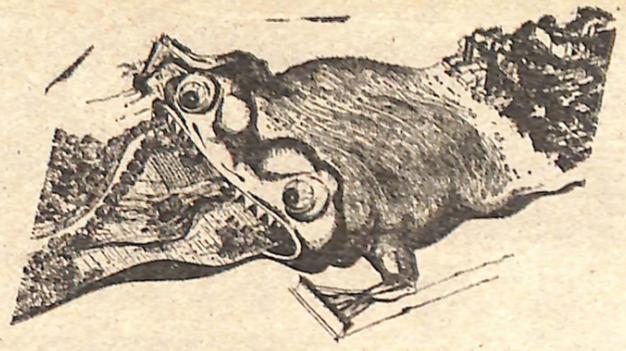
A administração municipal de hoje se confessa com muito mais recursos financeiros. Apta, então, a dar praças a bairros como esse.

O instrumento legal já se acha na lei do Plano Diretor desde o final do mandato do prefeito Pedro Fávoro, onde seu artigo 1.06 estabelece: "O prefeito municipal proporá, anualmente, a inclusão de dotações específicas no orçamento municipal para atender ao programa de desapropriações para a execução do Plano Diretor".

O mais estranho de tudo é que não foi um estranho que negociou a área mencionada nesta reportagem. A transação foi feita pelo próprio prefeito e seu secretário da Saúde, conforme pode ser constatado pelos "fac-símile" mostrados ao lado.

A ÁREA ERA PARA RECREIO E FOI NEGOCIADA. POR QUEM?

As escrituras públicas, em duas partes, dizem respeito à transação da área indicada no mapa da página ao lado. Pelo Plano Diretor de Jundiaí é local reservado para Sistema de Recreio e Setor Recreativo Paisagístico.



PRIMEIRO CARTÓRIO DE NOTAS E OFÍCIO DE JUSTIÇA

JUNDIAÍ - ESTADO DE SÃO PAULO

PALÁCIO DA JUSTIÇA
DR. ADRIANO DE OLIVEIRA.



PRAÇA TIBURCIO E. SIQUEIRA
TLS. 4.0611 - 4.0621 - 4.0631 - C.P. 8

3.º Cláudio Zambon Clemente

ESCRIVÃO

Geny de Oliveira
OFICIAL MAIOR
Terezinha Siqueira Moraes - Luiz Roberto Costa - José Rubens de Oliveira
ESCRIVENTES AUTORIZADOS

CERTIDÃO

O Bel. CLÁUDIO ZAMBON CLEMENTE,

Escrivão do Primeiro Cartório de Notas e Ofício de Justiça desta cidade e Comarca de Jundiaí, Estado de São Paulo, etc.,

C E R T I F I C A

atendendo pedido verbal de pessoa interessada que, revendo em seu cartório os livros destinados à escrituras públicas, no de número quatrocentos e cinquenta e cinco (455), as folhas cento e catorze (114), verificou constar a do teor seguinte: ESCRITURA DE VENDA E COMPRA - VALOR C\$ 500.000,00. SATPAM quantos esta pública escritura virem que, no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e setenta e cinco (1975) aos vinte (20) dias do mês de março do dito ano, nesta cidade de Jundiaí, do Estado de São Paulo, em Cartório, perante mim, Escrivão e das duas testemunhas adiante nomeadas e no final assinadas, compareceram partes entre si, justas e contratadas, a saber: de um lado como outorgantes vendedores - Dr. ARNALDO MARTINS DOS REIS e sua mulher do. MAGALY DO AMARAL REIS, inscritos no CPF sob nº 037... 500.608 e IBIS PEREIRA MAURO DA CRUZ e sua mulher EUJICE DUARTE PEREIRA DA CRUZ, CIC 189.339.718, brasileiros, proprietários, domiciliados nesta cidade; e, de outro lado como outorgado comprador HANS DENHAR, casado, brasileiro, industrial, domiciliado à rua Cuba, nº 75 - Jardim América - São Paulo, CPF 014.978.638; - todos conhecidos de mim Tabelião e das testemunhas referidas. Jo referidas, do que dou fé. E, perante estas, pelos outorgantes vendedores, me foi dito que a justo título são senhores e legítimos possuidores de UM TERRENO, sem benfeitoria, destacado de maior porção, situado na Hortulânia Jundiaíense, bairro - Ponte de Campinas, desta cidade, distrito, município e 1.ª circunscrição desta comarca, terreno esse designado "Gléba B", - com a área de 10.519,70 metros quadrados, dentro da seguinte confrontação: "começa no ponto B, na divisa com terras da gléba A, vendida a CONCREBRÁS S.A. ENGENHARIA DE CONCRETO, segue 38,30 metros (trinta e oito metros e trinta centímetros) em linha reta, fronteando o Rio Jundiaí-Mirim; daí, segue à direita uma linha curva, de 55,24 metros (cincoenta e cinco metros e vinte e quatro centímetros), confluência com o Rio Jundiaí; daí, segue uma linha reta de 116,00 metros (cento e dezesseis metros) confrontando com o rio Jundiaí, até o ponto "G"; daí, faz ângulo à direita e segue 89,53 metros (oitenta e nove metros e cinquenta e três centímetros), confrontando com a faixa do DER, até o ponto "C"; daí, faz ângulo à direita e segue 121,03 metros (cento e vinte e um metros e três centímetros), até o ponto "D", marco de partida, confrontando com a gléba A vendida a CONCREBRÁS S.A. ENGENHARIA DE CONCRETO"; imóvel ha-

PRIMEIRO CARTÓRIO DE NOTAS E OFÍCIO DE JUSTIÇA

JUNDIAÍ - ESTADO DE SÃO PAULO

PALÁCIO DA JUSTIÇA
DR. ADRIANO DE OLIVEIRA.



PRAÇA TIBURCIO E. SIQUEIRA
TLS. 4.0611 - 4.0621 - 4.0631 - C.P. 8

3.º Cláudio Zambon Clemente

ESCRIVÃO

Geny de Oliveira
OFICIAL MAIOR
Terezinha Siqueira Moraes - Luiz Roberto Costa - José Rubens de Oliveira
ESCRIVENTES AUTORIZADOS

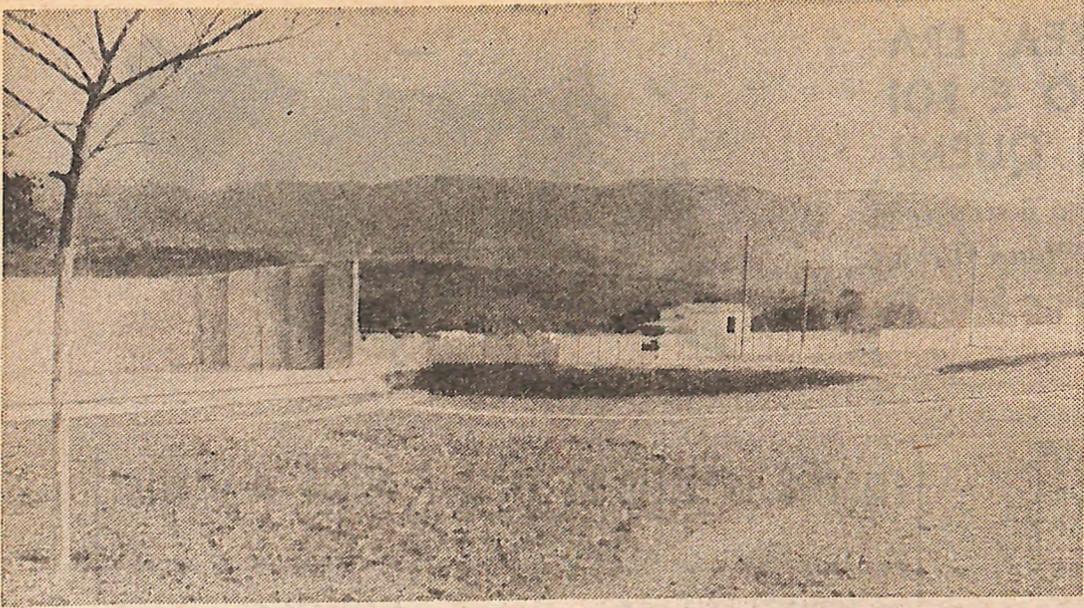
CERTIDÃO

O Bel. CLÁUDIO ZAMBON CLEMENTE,

Escrivão do Primeiro Cartório de Notas e Ofício de Justiça desta cidade e Comarca de Jundiaí, Estado de São Paulo, etc.,

C E R T I F I C A

atendendo pedido verbal de pessoa interessada que, revendo em seu cartório os livros destinados à escrituras públicas, no de número quatrocentos e cinquenta e seis (456) às fls. vinte e nove (29) verificou constar a do teor seguinte: ESCRITURA DE VENDA E COMPRA, Valor C\$ 1.500.000,00. SATPAM quantos esta virem que, - no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e setenta e cinco (1975), aos três (03) dias do mês de Janeiro do dito ano nesta cidade e comarca de Jundiaí, do Estado de São Paulo, em cartório perante mim escrivão e das duas - testemunhas adiante nomeadas e no final assinadas, compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado - como outorgantes vendedores: DR. ARNALDO MARTINS DOS REIS e sua mulher dona Magal. do Amaral Reis, inscritos no CPF sob nº ... 037.500.608 e IBIS PEREIRA MAURO DA CRUZ e sua mulher dona Eujice Duarte Pereira da Cruz, inscritos no CPF sob nº 189.339.718; brasileiros, proprietários, residentes e domiciliados nesta cidade; e, de outro lado como outorgada compradora, a firma CONCREBRÁS S/A. ENGENHARIA DE CONCRETO, com sede a rua Américo de Miliencas, nº 677, São Paulo/Capital deste Estado, inscrita no - no CCC/ME sob nº 42.714.518/001 com inscrição estadual sob - nº 109.003.363, neste ato representada por seu Diretor Presi - dente SR. LORENZO PANZAVOLTA e este por sua vez representado - por ERMES MACHONI; todos conhecidos de mim tabelião e das - testemunhas referidas, do que dou fé. E, perante estas, pe - los outorgantes vendedores me foi dito que a justo título - são senhores e legítimos possuidores de UMA ÁREA DE TERRAS, - sem benfeitoria, destacada de porção maior, com quinze mil - (15.000) metros quadrados, situada na "Hortulania Jundiaíense" bairro Ponte de Campinas, desta cidade, distrito, municí - pio e comarca de Jundiaí, 1.ª circunscrição imobiliária, de - forma irregular, medindo cento e três (103,00ms) de um lado onde confronta com a cerca do DER; cento e trinta e oito - (138,00) metros mais ou menos, de outro lado onde confronta - com propriedade da Cerâmica Prel; duzentos e um metros e - trinta centímetros (201,30ms) de outro lado onde confronta - com o Rio Jundiaí-Mirim; e, cento e vinte e um (121,00) me - tros de outro lado, onde confronta com o remanescente das ter - ras de propriedade deles outorgantes que ali ainda ficam pos - suindo; havida em consequência de compra feita ao Espólio de Alexandre Saska, conforme escritura tomada nestas mesmas no-



A deterioração visual no Parque aconteceu nas suas divisas (barracões da Prefeitura) e à distância (corte na Serra do Japi permitido pela Prefeitura)

Depois do difícil fazer, o fácil destruir

Talvez por ser parte da vista da bela Serra do Japi, o alto do Anhangabaú sempre foi, até há pouco tempo, tratado com todo o carinho pelas sucessivas administrações municipais.

Não são poucos os jundiaenses que ainda se recordam do Cruzeiro — da cruz que havia no alto do Anhangabaú. Era de madeira, de construção simples, mas não muito pequena. Para se chegar a ela era preciso atravessar o "campo", denominação que se dava à encosta coberta de "barba de bode", onde hoje está situado o bairro do Anhangabaú. Era uma caminhada longa, mas muitos a faziam porque o lugar era convidativo aprazível, e a vista muito bonita em todas as direções.

Ao lado do cruzeiro, no ponto mais alto da elevação, estava o antigo reservatório de água. A distância, o prédio não era visível porque à sua volta havia o viveiro de mudas da Prefeitura, com muitas flores, folhagens e árvores de todos os tamanhos.

A cidade cresceu. E o "campo" foi dando lugar às milhas de residências, casas comerciais, clube, igreja, que hoje constituem o moderno bairro do Anhangabaú.

Mas, o estranho respeito que o jundiaense guarda em relação àquela área talvez tenha sido a razão que fez com que o prefeito Vasco Venchiarutti o escolhesse para implantar o Parque Municipal "Comendador Antonio Carbonari" e a Praça de Es-

portes "Dr. Nicolino de Luca". Nesta, em 1953 foi construído o ginásio, tornando o local um magnífico logradouro destinado à praça de esportes.

O tempo passou, a população aumentou mais e a demanda de água também. O antigo reservatório teve que ser substituído pela construção de uma moderna estação de tratamento de água, o que forçou, inclusive, a mudança do viveiro de mudas. Essa obra foi realizada nos anos de 1967 e 68 pelo então prefeito Pedro Fávoro. O projeto do conjunto, que foi elaborado pelos órgãos competentes do Estado, ajustou-se à paisagem sem agredí-la.

Na mesma época foram feitas obras de complementação e urbanização do conjunto esportivo, como o Parque da Festa da Uva. Para este local, enriquecendo suas atividades, foi projetado o museu municipal, obra que ainda falta ser executada.

Nos anos de 1971-72, não só a urbanização prosseguiu, como também um amplo e bem equipado conjunto de recreação infantil foi instalado no local da Festa da Uva.

HOJE: ABANDONO E DETERIORAÇÃO

Sem dúvida, as peças do conjunto de recreação infantil eram de boa qualidade. Isto se observa pela resistência do material frente à ação do tempo e da própria garotada, que, muitas vezes, passa dos 20 anos de idade.

Acontece que, sem trato,

nada aguenta. E isso se passa com as partes metálicas dos brinquedos, que, sem pintura, enferrujam-se e em alguns pontos ficam mesmo perigosas.

O bondinho que se acha junto ao parque é uma referência notável para a constatação da falta de trato e de manutenção dos equipamentos daquele logradouro público.

A poluição visual não resulta apenas da deterioração das peças descuidadas e dos viveiros construídos com muito mau gosto, mas — e principalmente — das construções de casebres e barracões próximos à concha acústica. E o depósito das secretarias de Obras e de Serviços Públicos que, despejado para dar canteiro à Andrade Gutierrez, não vê outra alternativa senão espalhar-se ao longo da divisa de fundo do parque.

E não é só. Para completar o dano visual junto à concha acústica, do local avista-se a dilaceração que a Prefeitura permitiu na Serra do Japi, cuja cicatriz ficará, por muitos e muitos anos, para registro na consciência dos inconsequentes que permitiram a maldosa e irreparável ferida.

Quando e como o verde começou a desaparecer

Antes de 1951, ano em que foi promulgada a lei estadual de loteamentos, as áreas verdes eram, em sua maioria, deixadas pelas famílias proprietárias de terras.

A Praça dos Andradas, por exemplo, consta ter sido feita em terreno da família do coronel Boaventura Mendes Pereira. Provavelmente tenha ocorrido de forma semelhante com a Praça das Bandeiras, Jardim das Rosas etc.

Como se vê, as praças antigas eram feitas em terrenos nobres. A especulação imobiliária ainda não era o monstro arrasador de cidades que é hoje.

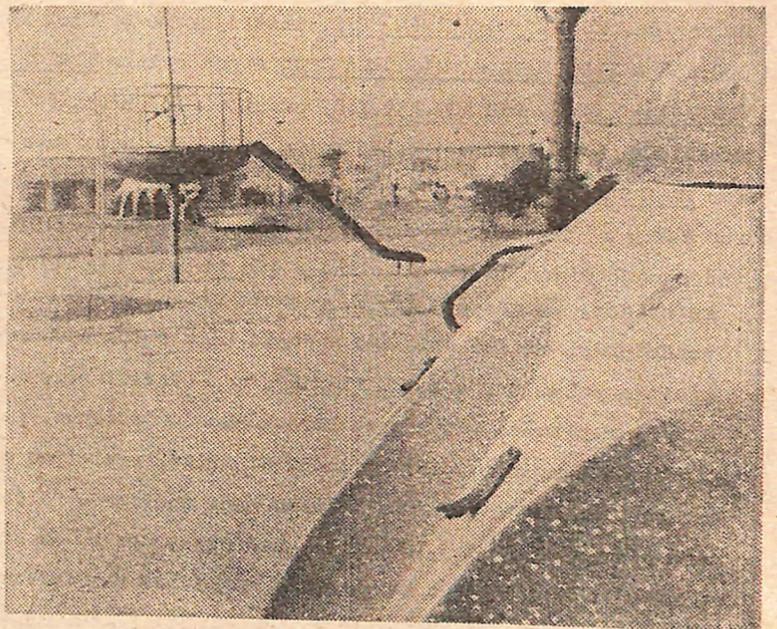
Com o aparecimento da legislação obrigando a reserva de terrenos para praças, os loteadores, não compreendendo o benefício e a valorização trazidas pelas áreas verdes bem localizadas, passaram a situar as praças junto a barracões. O resultado disso é o que se vê: em mais de duas décadas de desenvolvimento só apareceram loteamentos com péssimas áreas verdes.

A administração municipal, entretanto, sem ter sido pródiga nesse aspecto, chegou a tomar medidas corretivas. O Parque da Festa da Uva, por exemplo, de considerável dimensão, foi uma ótima realização do então prefeito Vasco Antonio Venchiarutti. O prof. Pedro Fávoro, por sua vez, quando prefeito executou inúmeras urbanizações para fins recreativos, entre elas a praça do Vianelo, os conjuntos esportivos da Vila Rio Branco e Vila Rami (reserva da área), parques infantis nas vilas Hortolândia e outras. Fávoro não se limitou às áreas verdes de sua época; deixou a lei do Plano Diretor com as necessárias reservas para o futuro. Já o dr. Walmor Barbosa Martins, em sua passagem pela Prefeitura, não deixou de também conhecer as deficiências da cidade nesse setor e executou a praça esportiva da Vila Rami, a urbanização do campo do Paulista F. C. e a ampliação do jardim junto à igreja São Bento e Parque Infantil da Ponte São João.

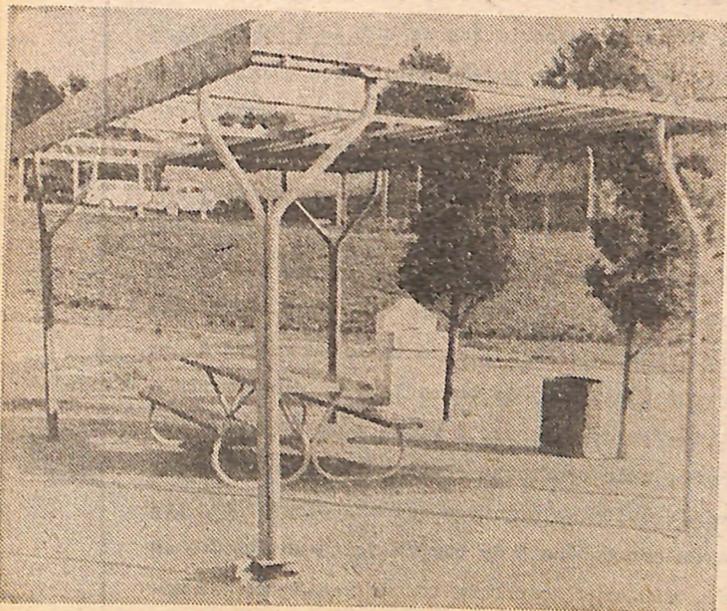
O triste fim dessa história:

1) Nestes últimos três anos a administração municipal só tem consumido com as áreas verdes sem cuidar da reposição e muita menos de preparar as áreas novas.

2) Além da extinção da área verde do bairro da Bela Vista e da Hortolândia (a primeira ainda a ser confirmada pela promulgação de projeto Carlos Ungaro), ocorre no momento fato idêntico com a praça da Bandeira, que está sendo aos poucos engolida pelo crescimento da estação rodoviária provisória, crescimento este que chegou a ser previsto em artigo publicado em outro jornal local há cerca de dois anos. O parque infantil foi despejado da praça e já se fala em corte das figueiras centenárias, ato esse que, se cometido, não poderá ser aceito de modo algum pela população.



Mal conservados, brinquedos do parque são perigosos

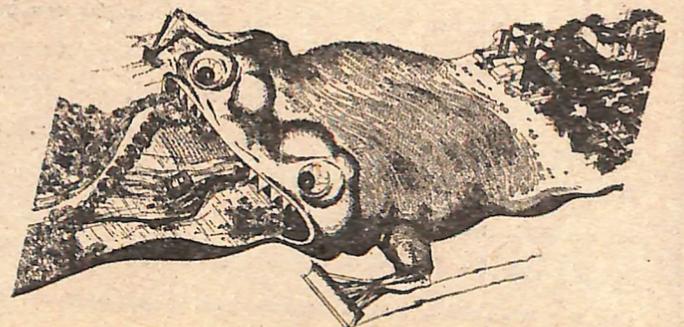


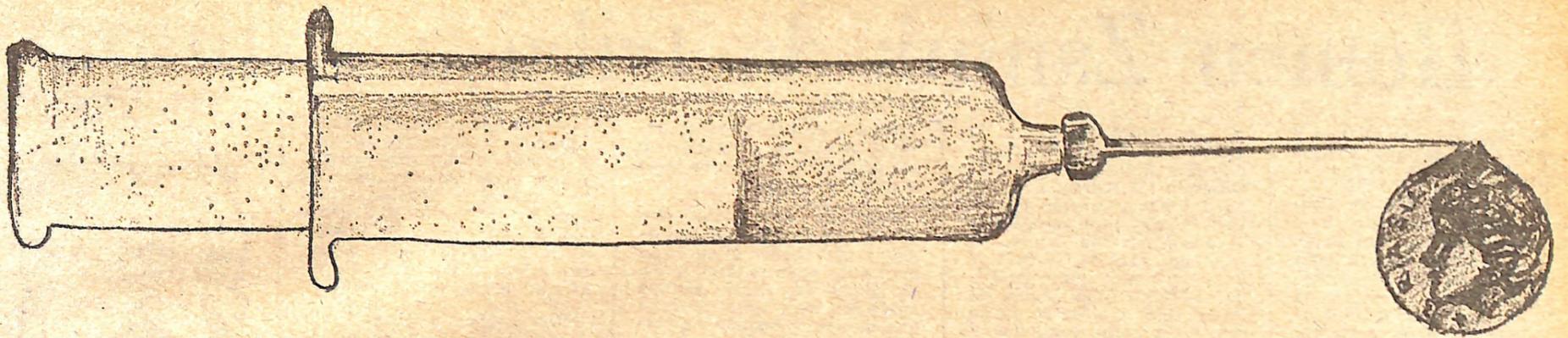
Falta de manutenção: aqui deveria ser um abrigo.

JORNAL DE 2.^a

**VOCÊ VAI SABER
DAS COISAS**

**TODAS AS
2.^{as} FEIRAS NAS
BANCAS**





A situação da nossa saúde

Sempre que em nosso País é formado grupo de estudo ou realizada conferência para tratar-se do problema da saúde, o que se tem visto é uma forte tendência das correntes participantes de particularizar as soluções e as críticas, numa fuga obstinada à globalização no enfoque do problema.

O máximo, nesse sentido, que se consegue extrair são posições traduzidas por panfletários chavões: "necessária a modificação das estruturas". Esta colocação, por altamente inespecífica, só serve aos seus arautos, simbioses das referidas estruturas, para deixar extravasar de si a necessidade de auto-afirmação de estrategistas frustrados na defesa de suas tendências e posições político-ecossociais.

Porém, muito mais comuns são posições que advogam diagnósticos e tratamentos baseados em falhas fisiológicas de órgãos e sistemas isolados: "a Medicina, em país em desenvolvimento, deve ter uma propensão maior para o setor preventivo em relação ao curativo"; "a má distribuição dos médicos que tendem a permanecer nos centros mais desenvolvidos..."; "a necessidade de a assistência médica se

estender às populações rurais..."; "uma boa parcela da classe médica não está cumprindo com as finalidades sociais inerentes à profissão"; "o alto custo dos medicamentos tornaria inexecutáveis os planos"; "a distribuição gratuita de remédios provocaria evasão de divisas, pois a produção dos mesmos, na quase totalidade, é de laboratórios estrangeiros"; "as empresas particulares de prestação de serviços médicos são as maiores responsáveis"; "a baixa qualidade dos recém-formados pelas novas Faculdades de Medicina..."; "o INPS paga muito pouco aos hospitais e médicos" etc. etc.

O esquecimento de que é a nossa condição de ramo pobre no fantástico show da vida que gera as contradições apontadas só serve para eternizar a situação. A maior parcela orçamentária carregada para o setor curativo prende-se à necessidade de se manter a força produtiva de nosso operário, ciclista que, ao parar de pedalar, provocará a queda da bicicleta; e para que o produto dessa força possa, então, ser aplicado no campo preventivo, em nível cada vez mais elevado.

As baixas condições materiais apresentadas aos

médicos para o exercício profissional nas localidades distantes é que têm provocado a fixação da maioria dos de melhor padrão nos locais onde essas condições são pelo menos razoáveis. O baixo preço conseguido nos mercados internacionais por nossa produção agropecuária; a manutenção de todo um exército de intermediários entre o produtor e o consumidor, provocando o baixo poder aquisitivo e o baixo nível de salários de nossas populações rurais — o que tem motivado o câncer recente dos "bóias frias"; a baixa taxa demográfica de extensas áreas, que obrigaria a aplicação de capitais de tão elevado porte para apenas uma pequena melhoria de condições — os quais, atualmente, não temos em mãos — são os motivos da dificuldade na aplicação da assistência médica rural.

É característico das sociedades em desenvolvimento avaliar o êxito pelo aspecto pecuniário e não pelo aspecto de qualidade e interesse social do indivíduo. Como o médico, ser humano, sofre também das injunções de um conceito social vigente, é natural que certa porcentagem dos mesmos venha a se recusar a ser a única a não preocupar-se com seus

rendimentos e com suas famílias.

A defasagem em que nos encontramos no setor de pesquisas científicas em relação ao restante do mundo e a implantação de um sistema de comunicação que nos tem possibilitado o conhecimento dos progressos conseguidos por outros povos têm provocado o fato de quisermos usar medicamentos altamente sofisticados e de preços elevados para a míngua bolsa do nosso povo. Porém, não bastam discursos para se inverter essa posição. E somos obrigados a concordar que, mesmo que isso ocorra, sempre estaremos forçados a dispender divisas para adquirirmos o "know-how" que, com certeza, também continuará sendo produzido por outros países.

E foi nosso estágio de subdesenvolvimento que motivou o surgimento do populismo inconsequente e anárquico, que usava como condensador de tensões sociais uma política trabalhista baseada no oferecimento gratuito e paternalista de certos direitos aos operários, antes mesmo que estes pensassem reivindicá-los. Com a limitação de parte desses "direitos" pela Revolução de 1964, necessário foi a criação de algo que pudesse ser apresentado como substituto no sentido de amainar os reclamos que com certeza surgiriam. E assim, pela união dos IAPs e com a herança de seus vícios, surgiu o INPS com a pretensão alegada de centralização da previdência social, porém com desproporcional carga de interesse para a assistência médica. Nascido, então, de uma condição excepcional e sem organização condizente, não poderia o mesmo resistir às exigências crescentes de seus usuários, que já não mais se contentam com considerações tais como: "Antes era muito pior." Foram, então,

surgindo por todos os cantos as entidades particulares de prestação de serviços médicos às empresas, em grande parte mais preocupadas em auferir lucros que em oferecer um bom padrão de atendimento.

A constante agitação no meio estudantil levou o Governo a permitir a criação de faculdades novas, no sentido de resolver o problema dos excedentes. Mas o que se viu foi que as chamadas "forças vivas", para darem vazão a baírrismos paleontofílicos, fizeram pulular por inúmeros pequenos agrupamentos urbanos suas "faculdades", as quais, pelas paupérrimas condições oferecidas pelos "táxi-professores", nada fazem que diplomar fornadas de incapazes doutores, que ficam, no fim de seus cursos, a mendigar vagas nas residências médicas e cursos de pós-graduação, na vã esperança de encontrar cursos supletivos à sua fraquíssima formação.

O alto custo das aparelhagens e, conseqüentemente, dos exames paramédicos e o elevado preço dos medicamentos necessários consomem boa parte dos recursos que o INPS tem para a assistência hospitalar aos pacientes cada vez mais numerosos. São fatores limitantes no "quantum" o órgão pode oferecer aos médicos e hospitais.

A criação da Quimibrás, que viria como solução ao problema da produção de medicamentos, só alcançaria êxito total se fundamentada no incentivo às pesquisas científicas.

São esses alguns aspectos que atuam sobre o setor da saúde em nosso País e que, a nosso ver, devem ser encarados e enfrentados de maneira global e racional. Pensamos que tudo que possa ser feito deve sê-lo e o que deva ser feito se inicie já.

Wolf Herbert Nossak

O "Santa Rita" depois da fala do secretário

A desapropriação do Hospital Santa Rita de Cássia foi mesmo decretada pelo prefeito de comum acordo com o secretário da Saúde do Município, dr. Arnaldo Martins dos Reis, tendo em vista solucionar não o problema da mortalidade infantil (como fôra afirmado pelo primeiro na publicidade do ato) mas o da carência de leitos hospitalares à disposição do Município. Essa, uma das conclusões a que se pode chegar

diante do "esclarecimento" prestado pelo último à Câmara Municipal, onde compareceu na quinta-feira passada atendendo convocação requerida pelo líder da bancada da Arena, vereador Elio Zillo.

A presença do secretário na Câmara propiciou aos vereadores — e de modo especial aos líderes Elio Zillo e Abdoral Lins de Alencar — oportunidade ímpar de obter as informações que faltavam

para o completo esclarecimento do caso da desapropriação do hospital, a qual só não se consumou em virtude da sua sustação judicial por meio de um mandado de segurança impetrado pela diretoria da sociedade Santa Rita de Cássia. Não ficou dúvida, depois da audição do secretário, que o ato do chefe do Executivo foi precipitado, tanto que deu margem às dúvidas quanto à sua legalidade, propósitos e conveniência para a cidade.

Jundiá Clínicas

UNIDADE CENTRO

UNIDADE ANCHIETA

UNIDADE RANGEL

UNIDADE CAMPO LIMPO

UNIDADE PRUDENTE

UNIDADE DE ABREUGRAFIA

HOSPITAL SANTA RITA DE CÁSSIA S/C

Rua Siqueira de Moraes, 242

Fones 4-1067 e 4-1777

Rua Anchieta, 576

Fone 4-2454

Rua Rangel Pestana, 222

Fone 4-1001

Av. Manoel Tavares da Silva, 495

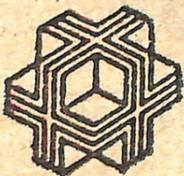
Campo Limpo Paulista

Rua Prudente de Moraes, 1372

Fone 6-6964

Rua Prudente de Moraes, 1372

Praça Rotatória, s/n.o — Jardim Messias



Romeu Zanini: da tribo à tribuna

"Você pensa que cachaça é água? Cachaça não é água não..."

Ia aí o ano de 1952. Paulista ganhou do Linense. Houve passeata pelas ruas Barão e Rosário. Esta música fazia sucesso e todo mundo acabava indo festejar a vitória na Cantina do Romeu. Ficava na Baronesa do Japi, coisa em comum conosco desta Editora, já que tanto a serra com a cachaça nos inspiram. Sara-va. Erazê!

Dois homens mostravam sinais evidentes de tempo passado, de luta, de encontros no mesmo tempo. E a gente, de novo observando o desenrolar das coisas: de um lado estava Romeu Zanini, mancando, coxeando de uma perna; do outro, sóbrio mas nem tanto sereno, Geraldo Dias, combatendo, contestando, falando pelos cotovelos, replicando o orador que ocupava a tribuna. E o Romeu, vermelho como lacre, respondendo de total improviso:

— Eu não disse que ele roubou. Isso é o que diziam na época, mas ele não roubo! É nada e deixou uma avenida sem empréstimo algum.

Os vereadores restantes riam de quê? Conhecem esses homens? Sabem que eles são os mais autênticos

representantes do povo desta cidade? Conhecem ou conheceram a Cantina do Romeu? Beberam lá? Sairam no bloco da Pitangueiras, com o Fioravanti, que fazia questão de se encontrar na praça, no meio do carnaval, e pelear mais um pouco com o Oswaldo Bárbaro, que subia da Ponte com o bloco do então pessepeista para continuar a história? Alguém viu o Candelário de Freitas falando, o Maninho Ribeiro na boca da fornalha, o foguista José Pedro Raymundo indo para o ar, narrando pelada no Nacional? Alguém viu o comendador Xisto Araripe Paraíso trocar o terno branco amassado por outro mais amassado de ainda e subir à tribuna para falar — e falando fazer história de Jundiá?

Então, de que estão rindo? Doutor? Ninguém usava isto há dez anos atrás. Falar? Era puro sangue, improviso, repente, ou ficava quieto e não saía de casa e não se escondia atrás de um requerimento, uma assinatura, um abalxo-assinado qualquer.

Eles tinham que estar mancando. Pegaram o bonde no ponto certo, no começo da linha. E se fizeram homens públicos quando esta profissão era tida e havida como igual à das mulheres públicas.

Qual o vexame? Então hoje já passou a vergonha de ser político? Não estraga mais o nome da família?

Pois que aprendam, eles têm o que ensinar. O comendador Martinelli é que não quer mais nada mesmo, senão ele ainda paparia alguma outra comenda, uma honraria qualquer e estávamos conversados.

Pois o Romeu Zanini, outro dia, tinha estas historinhas para contar na Câmara:

"A criança espera a semana toda pelo domingo para ir ao matinê. O pai dá 5 ou 6 cruzeiros. Quando ela chega à porta dos cinemas vê que todos os filmes são proibidos para ela. Então a criança volta para casa com lágrimas nos olhos e diz para a mãe: "Hoje não teve matinê". Claro está que ele quer que tenha matinê para as crianças o domingo todó. Ou seja, filmes livres para que elas possam assistir.

Pedindo pela 18.a vez que o prefeito providencie a designação de mais um funcionário ou um guarda para tomar conta dos sanitários subterrâneos da Praça Marechal Floriano Peixoto, a fim de que possam ser utilizados até pelo menos as 24 horas (atualmente fecha quase sempre às 20 horas), Romeu

lembrou que as mulheres que saem do cinema ou que vão à procissão, não têm, ali na praça, onde recorrer em caso de aperto. Geraldo Dias emenda: "Aquilo não devia fechar nunca!" E Romeu conserta: "Tem razão o nobre colega. Deve ficar aberto 24 x 24 horas, o dia todo!"

Não demora e já está ele se implicando com as avenidas:

— Na era atômica, na era do sputinick, não tem cabimento uma avenida de oito metros! Se há 25 anos o prefeito Vasco fez uma avenida de 12 metros, como é que se pode admitir que a nova, que está sendo construída, tenha só oito metros de largura?

Adiante, para defender um município, Romeu dá o saque: — Soube que um morador desta cidade foi ao DAE reclamar contra a cobrança de uma taxa muito alta, porque achava que seu consumo não podia ser tão grande, e o DAE prometeu mandar um funcionário ver o hidrômetro de sua casa, para saber qual era o defeito. Sabe o preço dessa visita? Cr\$ 25,00.

Outro caso contado por ele:

— Um comerciante que tinha que pagar a taxa de publicidade pelo seu luminoso viu no jornal que a Prefeitura



ia dar isenção a quem provasse que o luminoso era para o embelezamento da cidade. Ele pediu a vistoria para ficar livre da taxa de Cr\$ 40,00 e a Prefeitura cobrou dele Cr\$ 53,00 pela visita do funcionário.

Da tribuna ele comenta: "Pois é, são coisinhas que vão machucando a gente, que vão machucando o povo. Tem tanto funcionário no DAE e na Prefeitura, até dando encontro uns com os outros..."

E, vermelho ainda, ele desce capengando (disse que foi do futebol) e vai para o seu posto, escutar, escutar... Bem, deixa prá lá...

Eduardo de Souza Filho

O Administrador

O coronel Tavares era proprietário de um fazendão, lá na zona noroeste do Estado.

Vários quilômetros quadrados de chão, além de arranha-céus na Capital, palacetes, vivendas à beira-mar, iates etc.

Multibilionário. Cafezais sem fim, milhares de cabeças de gado, granjas e pocilgas, criação de faisões, colhendo toneladas de milho, feijão e cana. Distilaria e usina próprias para a cachaça e o açúcar. Suntuoso rancho à beira do rio. Piscina olímpica.

Mesmo num bom cavalo não se percorria toda a propriedade num só dia. Um fazendão.

Certo dia, a picada de um jararacuçu-bico-de-jaca acabou com a vida do Martins, seu administrador.

O coronel entristeceu de verdade. Martins era seu homem de confiança.

Amparou a viúva e a filha-rada e dispôs-se a procurar um substituto para gerir os interesses da fazenda.

Consultou vizinhos e amigos. Afinal, por indicação da maioria, a escolha recaiu sobre o Pereirão, caboclo riço e inteligente, com fama de honesto e cria da própria fazenda.

Surgiram então, grandes novidades: currais novos, novos

pomares, novas estradas, novos açudes, reformas na usina, criação de carneiros, ampliação da Casa Grande, cunicultura etc. etc.

Até as vendas dos produtos da fazenda passaram a ser feitas pelo Pereirão, pois este convenceu o coronel a dispensar o Pedrinho, antigo vendedor, como medida de economia.

O patrão Tavares exultou, pois o novo capataz, além de operoso, ainda zelava pelo seu dinheiro.

Certo dia, o Benedito, compadre do Pereirão, foi visitá-lo e, conversa vai conversa vem, acabou por perguntar:

— Então cumpade, é verdade que mecê comprou aquele terreninho lá na cidade?

— E' verdade sim. Usei umas sobrinha e é miór que pô o dinheiro na Caixa Econômica.

— Ahn...n...n!

Passado um ano, volta o Benedito e, entre um caso e outro, pergunta ao Pereirão:

— E' certo, cumpade, que mecê comprou aquelas casinha e mais ôtros terreno na cidade?

— E' verdade, Dito. Quem economiza sempre tem.

— Mermo com o ordenedi-

nho que mecê tinha antes de se diminstradó?

— Ora, meu véio, sempre guardei tudinho que arrecebia.

— Ahn...n...n!

Pereirão só não cuidava do bem-estar dos empregados. Viviam em precaríssimas condições. Casas pobres, mal cheirosas, sem água, sem esgoto, crianças maltrapilhas, opiladas, barrigudinhas. Deviam os olhos da cara na venda. Desanimados, desesperançados, desassistidos.

Pereirão não se compadeceu. Não se comovia.

Era durão. Só se preocupava com as grandes empreitadas.

Certo dia, uma comissão pediu audiência ao coronel e foi recebida em sua residência na Capital.

— Com sua licença, doutor Tavares. Aqui estamos representando também outros amigos lá da nossa cidade e temos assunto importante para relatar ao senhor.

— Pois fale!

— E' que o assunto é delicado e não sabemos como é que o senhor vai nos interpretar.

— Não tenha acanhamento, moço. Já estou bem viví-

do! — Bem! Sou agrônomo e meus amigos aqui são: dono de olaria, carpinteiro, proprietário da motoniveladora e mestre-de-obras. Estamos também representando um comerciante, o gerente do banco, um pecuarista, uma fábrica de ração e uma fruticultura.

— Continue!

— Pois acontece que temos oferecido nossos préstimos e nossos produtos ao seu administrador, todas as vezes em que ele abre concorrência para tomada de preços e...

— Prossiga, moço! Estou interessado.

— E acontece que ele insiste em dar preferência ao que é pior e mais caro. Podemos provar. Já há tempo acumulamos estes documentos que aqui estão.

— Mas não estou entendendo. O Pereirão...

— E' simples, coronel. Acontece que oferecemos os melhores produtos e os melhores preços, mas...

— Mas o quê?

— Mas não damos porcentagem a intermediários... Somos corretos. Somos honestos. Concorremos lealmente. Oferecemos vantagens, mas não nos afastamos da ética. Basta o senhor se dar ao trabalho de mandar verificar

esta lista de propriedades adquiridas pelo seu administrador na cidade vizinha à sua fazenda. O senhor está pagando mais para receber o que não presta, enquanto ele está enriquecendo por ter carta-branca. Por outro lado, ele tem amigos do peito na fazenda, que ajudam a encobrir suas transações em troca de um capado ou de um jacá de frangos. Todo o ordenado que ele recebeu até agora do senhor não daria para pagar nem aquela casa que comprou na rua do Comércio.

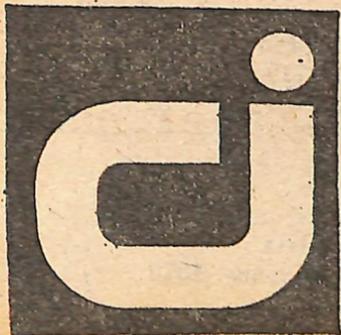
— Não é possível! O Pereirão...

— Pois é, coronel. Verifique. Somos também filhos de Deus e quando nos apresentamos para concorrer aos melhoramentos da fazenda, atuamos com honestidade e competência.

— Pois muito obrigado, amigos. Vou tomar providências.

E o coronel Tavares tomou providências. E o Pereirão foi demitido. Só não foi parar na cadeia porque o que ele fez não foi ilegal, mas apenas imoral. E há certa diferença entre ilegalidade e imoralidade...

Quando me contáro essa estória, iscuítei bem quétinho. Não dei pinião, porque não só fazendeiro. Só um simples. Colono



CONSTRUTORA JUNDIAÍ LTDA.

CONSTRUÇÕES INDUSTRIAIS, COMERCIAIS, RESIDENCIAIS, ESPECIAIS

Rua Siqueira de Moraes, 578 - 8.º andar, conjunto 801-C.

Telefones 6-2056 e 4-1575 (CREA 13.997)

Aulas particulares: o Ensino reprovado

Os alunos do Instituto de Educação estão apavorados.

Quem se dispuser a ouvi-los verá que não vai exagero nesta afirmação.

O baixo índice de aproveitamento constatado nas notas do segundo bimestre se assinala por características alarmantes, principalmente na última série ginásial.

E a queixa se arraiga no seio da rapaziada ao declarar, em uníssono, que, via de regra, a matéria posta à prova não foi em parte ensinada e por vezes até no todo.

Considerando que o anátema é geral, somos inclinados a acreditar na veracidade das atoardas circulantes.

No que concerne à nossa observação, poderamos notar que uma nova e inusitada indústria se implantou na cidade, por via do menor aproveitamento dos estudantes, qual seja a proliferação de "aulas particulares" ministradas a alto preço, pelos próprios professores, como reforço à precariedade do ensino.

Essa condicional cristaliza a assertiva de que o escolar menos favorecido da fortuna, salvo quando bafejado pelo privilégio da auto-deficiência, não tem condições de diplomar-se.

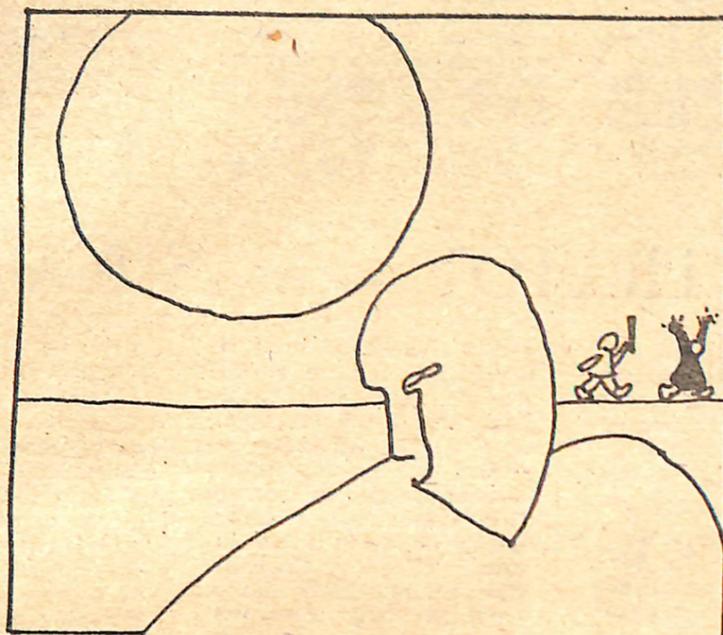
Como se vê, temos flagrante uma distorção absurda que prazam os fados possa ser compreendida nestas linhas.

Neófitos em pedagogia, não obstante, usamos o senso comum para entender que a chamada "chance de recuperação", usada como prática compensadora, é aleatória e absolutamente não corresponde às necessidades do ensino.

O aprendizado — como já o disse o conselheiro Acácio — deve oferecer base suficiente para a aprovação sem necessidade de aulas suplementares fora do Instituto.

Carlos Veiga

O jogador



Cambaxirra era da mesma terra de Chico, repórter de um dos jornais da cidade com maior índice de jornalistas "per capita". Por isso, era natural que o repórter desse uma forcinha ao rapaz, que no dia seguinte iniciaria um período de testes no Paulista.

Chico caprichou na matéria. Contou a vida do rapaz — sem vícios, sem mácula, um exemplo dentro e fora do campo. Enfim, mostrou na reportagem que o moço tinha futuro, poderia vir a ser um ídolo do Paulista.

— Sai amanhã, Camba Agora só depende de você.

No dia seguinte o jogador não via a hora de comprar o jornal para ler a "colher de chá" de seu conterrâneo. Levantou-se às sete da manhã, foi à banca mais próxima da pensão onde estava e pediu não um mas cinco exemplares. Pelo menos para ele, aquela era uma edição histórica.

Ele não sabia que os clichês tinham sido trocados na oficina (sempre a culpa da oficina!). Por isso, quase desmaiou quando viu a sua foto logo abaixo do título: "Velhinha apanhou do amante da filha."

A. Fernandes

Nostalgia, uma realidade.

Almanaque Bertrand, fls. 259, edição de 1940, apresenta ou representa, a cura dos maus hábitos

"Um médico norte-americano, o dr. Dunlap afirma ter descoberto um processo radical para curar certos hábitos antipáticos e desagradáveis, como por exemplo, o de roer as unhas, de fazer tilitar as chaves que se trazem no bolso, etc., hábitos esses muitíssimos vulgares e cuja eliminação se torna difícil, porque, como são inconscientes, a repressão que sobre eles se tenta exercer não atua nos momentos em que o espírito está absorvido por outros assuntos.

Ora, o processo do referido médico baseia-se num fato psicológico de fácil observação.

As crianças que têm o costume de furtar torrões do açucareiro, perdem esse hábito desde que se lhes dê doces em abundância. Pois dentro da mesma ordem de idéias, o dr. Dunlap obriga os pacientes a "exercitar-se" nos seus vícios. Afirma ter conseguido, assim, curar gogos, fazendo-os falar de forma defeituosa, segundo um plano estabelecido. As pessoas com o vício de roer as unhas, obriga-as a dedicar todos os dias um certo tempo a esse estranho prazer.

Por esta forma — assegura o dr. Dunlap — os maus hábitos perdem o seu caráter imperativo e desenvolvem-se resistência sub-conscientes que reprimem essas manias.

Caso o dr. Dunlap estivesse clinicando em Jundiaí, mais especificamente no Hospital Santa Rita de Cássia, por certo receitaria a determinado cidadão "et caterva", a prática diária da natação na piscina do Tio Patinhas, ou então o gozo de férias na caixa forte da agência central do Banco do Brasil S/A.

Evidentemente se o seu paciente fosse o Mancha Negra e a caterva composta pelo professor Gavião (aquele que vive querendo roubar os inventos do seu colega Pardal), irmãos Metralha e Maga Patológica (que não consegue afanar a moedinha n.º 1).

Laerte F. S. Ribeiro

Prof. Manjo Mesmo

AQUARIO (21-1 a 19-2)

Em setembro, água até os joelhos, televisão nas costas; procure saber mais a respeito, com seus vizinhos. Jundiaí ainda pode ser deste signo, apesar de as verbas dizerem o contrário. Não perca as esperanças.

PEIXES (20-2 a 20-3)

Faça como nós, não nade nunca contra a correnteza. Ainda mais pelo córrego do Mato. Evite convites para jantar, se o menu constar de: batatas cozidas, molho à menière e vinho branco. A vítima pode ser você.

ARIES (21-3 a 20-4)

Evite a TV. Os astros andam muito entusiasmados com a Ovelha Negra e isto pode ser contagioso. Você,

carneirinho membro da maioria silenciosa, pode querer mudar de idéia e distensão mental é irrecuperável.

TOURO (21-4 a 20-5)

"A Carne", livrinho de Júlio Ribeiro, nada tem a ver com a tua consorte, sossegue. Já a geada... Dizem que a confusa Itália lançou um movimento, o "Antipasto". Que achas? Informe-se, mas não agrida, não tem fundo vermelho.

GEMEOS (21-5 a 20-6)

Temos Aparecida, Aparicio e similares. Bananas felipetas? Desculpe, está em falta. Mas, afinal, com quem estou falando? Oh, sinto muito, vocês são tão parecidos...

Horóscopo

CANCER (21-6 a 21-7)

— Passe lá em casa, dia destes. Tenho uns amigos que estão precisando da tua ajuda. Como? Eu, fazendo campanha contra você? Não, até que eu entendo seus ataques, sua força. Não seja tão fatalista assim, meu caro. Eu sei, você quer se expandir, crescer na vida. E, mas seria bom você aprender a contar com certos obstáculos. Não desanime.

LEAO (22-7 a 22-8)

— Ágil, veloz, desconfiado, bonito, gentil, arisco, tenro, gracioso, delicado? Não vi. Que eu conheça, não tem ninguém assim por aqui. Tente Campinas ou adjacências, ora pelotas!

VIRGEM (23-8 a 22-9)

Descontas imposto de renda na fonte? Mas como?!

BALANÇA (23-9 a 22-10)

Quer ver as coisas em pratos limpos para demonstrar teu equilíbrio, naturalmente. Mas, nem sempre isto é possível. O pessoal dos dois pesos e duas medidas está sempre alerta, não é mesmo? Veja a Câmara, por exemplo...

ESCORPIAO (23-10 a 21-11)

Sentido? Você quem quis. Agora, veja, deixou a dita dura. Nada disso, ela era tão bonita, cheia de vida, dinâmica. Vai, escorpião, segue teu caminho, as más línguas daqui não são tão venenosas assim, você terá sucesso. E

só mudar seu objetivo. Na próxima, deixe a dita mole, tá?

SAGITARIO (22-11 a 21-12)

Adeverve as nossas cartas, Guiomar. Esses, desse signo, mal conhecem o significado de uma boa mensagem (pela ética, não podem nunca lê-las). Já o MacLuhan... mesmo sem sê-lo, Estampilhas à parte, nunca procure o significado destas entrelinhas. Nem por Capricho, Ilusão ou coisa parecida.

CAPRICORNIO (22-12 a 20-1)

Os bem-nascidos neste signo conhecem e acatam trações com garbo e leveza. Depois de certa idade, são longevívidas, os chifres assumem seu ar senhoril e podem até discorrer com tranquilidade a respeito deles. Sabem, enfim, usar a cabeça. A cidade os acata, principalmente se montanhosa. Capricórnios, aguardem sua vez.

Rua Barão de Jundiaí, 427, telefones: 6-6413 e 6-8231

Neste endereço, ou por estes telefones, você compra equipamentos, móveis de aço e madeira para escritório, máquinas de escrever, calcular e somar Olivetti, garantidos por este nome:

COMERCIAL PANIZZA LTDA.

IV ENCONTRO COM HARRY LAUS

IV Encontro de Artes, 1.º Pavilhão do Parque, dia 9, sexta-feira. As obras todas expostas (as que entraram, naturalmente), chão ainda recoberto de folhas de eucalipto (deve ser para efeitos colaterais, como "sonoridade que acabou", por aí), gente passando, olhando, vendo. Lá no fundo, à la Vinícius de Moraes, o conferencista encapitado, só com seu microfone, falava para uma boa assistência. Os amantes das artes, artistas, estudantes secundários, algumas cadeiras vazias, todos escutavam e faziam perguntas a Harry Laus que, com toda a sua fleugma, sua cultura, seu conhecimento de causas e efeitos (esses técnicos que a gente por mais que observe, por mais que leia, não vê), ia respondendo.

O "dossier" intelectual de Harry Laus foi já amplamente divulgado. Hoje ele atende como colaborador da revista "Vida das Artes", uma magnífica publicação, em seus primeiros números, mas que atende e melhora dia a dia, ou mês a mês, como queiram, ao escasso mercado de informações do setor, existente. Então, Laus estava no IV Encontro cumprindo mais esta finalidade, falando ao público sobre Arte. O tema de sua conferência, aliás era: pergunte a Harry Laus. E lá vinham os conceitos deste mestre: "Arte é coisa de elite", quando se dispôs a discutir o posicionamento das artes no Brasil. "Se você não aprende a escrever, como é que pode algum dia fazer uma poesia?". Isto quando perguntado sobre a necessidade de uma escola de artes para a cidade, ou para que se pudesse ser artista. Está claro que quando ele mencionou Jundiá, disse também que já houvera feito pesquisas no campo (na cidade, está claro?) e pode observar que a necessidade existe, mas as condições são muito precárias, portanto, nada fez. Porém, vale a sugestão.

Afirmou também que "o artista, hoje, já não é mais um pária. Atende ao espírito, em face à tecnologia", quando quiseram saber qual era a posição do artista nos mundos de hoje. Foi lembrado também aquela exposição americana que esteve em São Paulo, recentemente, denominada "Cor como Linguagem" e foi feita a comparação entre as duas exposições, aquela e este IV Encontro. Laus saiu-se assim: disse que na exposição de São Paulo, havia uma idéia geral, norteando os temas "Cor", "Linguagem", o que a diferenciava deste Encontro, onde a variedade predomina. — "aquilo tudo é válido". Depois ele lembrou que nossa orientação artística ainda é clássica; acha que não existe arte no País e citou a vinda de D. João VI ao Brasil, em 1080, quando abriu os portos, quando trouxe a imprensa e conseguiu trazer os acadêmicos franceses, fundando a Escola Nacional de Belas Artes. Fez crer que esta, ainda orientada pelos acadêmicos, até hoje orienta as Artes no Brasil, ou que tenha influenciado bastante a penúltima geração, sendo que a última, a de hoje, salvo raríssimas exceções, procura seu caminho pela pop-art norte-americana. Disse que pintores brasileiros conhecidos fora do Brasil, existem dois ou três, ou se-

jam, Di Cavalcanti, Bandeira e Portinari. Mas ao mesmo tempo reconheceu o grande valor de Marcelo Grassman como um dos expoentes do nosso mundo das artes e que pode colocar-se entre os grandes do mundo. Mais adiante, reconhece a arte popular e quase cai numa contradição quando afirma: — "Os cantadores do nordeste brasileiro são analfabetos, mas fazem uma poesia maravilhosa".

Tudo isto foi gravado pelo conferencista. Na platéia havia uma estudante, Carmen Silvana de Nicola, 1.º Colegial do Instituto que se entusiasmava bastante com os debates e, de certa forma, deu calor aos mesmos. Gostou muito de participar da coisa. Em certa altura houve uma questão pessoal; "Até que ponto o crítico pode criticar o artista?" — Ai Laus pôs-se à vontade. Falou, longamente,

em cultura, em estilos, nos pontos cegos do "gosto ou não gosto" mas enfatizou ser necessário, antes de tudo, conhecimento das várias técnicas, pincel, superfícies, assuntos, formas e disse que um olho educado pode ver muito, fazendo então, despertar a sensibilidade a ponto de sobrepor-se ao personalismo do gosto pessoal.

Já havia pouca gente no auditório. Apesar da sexta-

feira. Os salões estavam para se fechar. Laus, bem disposto afirmou: "enquanto vocês estiverem aí sentados eu fico aqui". Nova pergunta: É verdade que a arte pode se desmaterializar? E Laus inflexível: "Não acredito em espiritualismo". Com isto, ele mesmo se levantou e foi juntar-se ao grupinho penitente, lá dos fundos.

(E. S. F.)

"TRATO" — MAS NÃO TÃO FINO

A peça de teatro que está sendo levada em São Paulo, "Vagas para moças de fino trato", consegue atrair público considerável graças as suas três protagonistas.

Glória Menezes, Yoná Magalhães e Renata Sorrah, há muito que estão promovidas junto à grande platéia, por força das inúmeras novelas de TV.

A peça, entretanto, longe está de merecer muito cartaz. Nem o texto de Alcione Araújo e nem o desempenho das artistas convencem. O autor che-

gou a encontrar uma situação interessante, representada pelo conflito de duas personalidades opostas (Glória Menezes — pudica e Yoná Magalhães — amor) que interferem diretamente sobre a formação da moça mais jovem (Renata Sorrah). Mas, em momento algum, o público chega a se emocionar, quer seja pela história, quer seja pela apresentação.

Em raros momentos, Yoná Magalhães chega a mostrar uma presença maior; sua atuação chega a dominar o palco e sua beleza

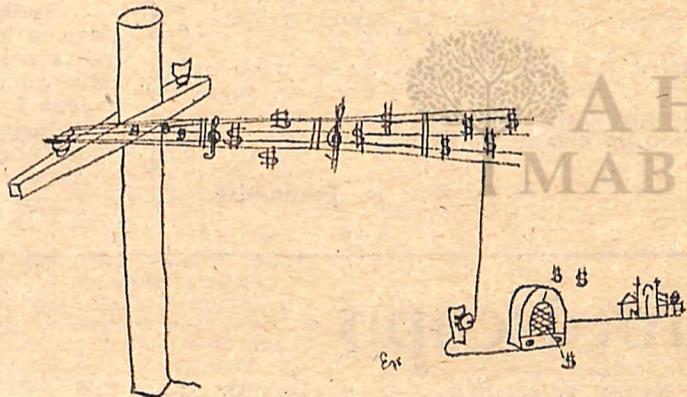
transparece graças à personagem que interpreta.

As duas outras, apesar do drama que vivem, não conseguem fazer boa performance. Renata Sorrah poderia ter o melhor momento quando, no auge da estória, foge de casa. Glória Menezes, responsável pela cena final, é também a maior responsável pela frieza com que acaba a peça. Digo maior, porque também colaboram com esse insucesso, o cenário de extremo mau gosto e o próprio teatro "13 de Maio", em prédio muito mal adaptado. (A.F.P.)



O que vai pelos ares

O NEGÓCIO É MODULAR



Anda pelo ar a notícia de que o Dentel já estaria julgando as propostas apresentadas na concorrência pública para concessão de dois canais de FM (Frequência Modulada) para Jundiá.

Em baixíssimo volume, e com muita interferência, ouve-se dizer que as duas emissoras de rádio locais, a Santos Dumont e a Difusora, candidatas naturais à conquista de cada um dos canais, correm o risco de serem tiradas do ar, digo, do páreo, por uma tal de "Som Puro", um bicho-papão que já comeu os FM criados para Bauru, Santos e Ribeirão Preto.

O tempero usado pela Rádio Som Puro? Cr\$ 1.800.000,00 de capital realizado.

Mais uma vez Jundiá se curva etc., etc., etc. (E.M.)

IDA E VOLTA & VICE-VERSA

Se você não gosta de perder programas de rádio, ligue na Excelsior.

Todos os dias eles tocam a mesma coisa. Até você acreditar que aquilo é, realmente, sucesso. Depois é só comprar o LP Som Livre, pra ouvir os sucessos.

Viagem é isso, bicho. (E. M.)

O CHORINHO BRASILEIRO

Na cena do cinema, um soldado norte-americano está sofrendo. Na platéia, um homem brasileiro (pe- ro no muito) está chorando. É a Caixa Econômica querendo que você chore. Vamos, rapaz, chore! Como? Você comprou sua casa à vista?

Ah, bom!

(E. M.)

LOUCOS NA TV

Vamos começar a complicar o jogo. Passou outro dia (ou outra vez) na tv, em "late show", isto é, para aqueles que curtem um sossego e sempre bons programas, "Esse mundo é dos loucos". É uma obra-prima. Passada na guerra de 14, ela dá a saída para o problema, através da loucura, anteriormente reconhecida como tal, antes da

guerra, claro. Durante a mesma, ou seja, no cotidiano, você, eu, qualquer um, mal percebe o quão louca e levemente está agindo. Os que já o são (e sem duplo sentido) entenderam a "coisa" pelo visto, muito antes de se afastarem do palco. Neste filme, entram de cenário, com guarda-roupa subtraído da cidade abandonada, porque era o alvo, e se divertem, evitando as causas e efeitos. Demonstrem, enfim, quem eram os loucos. Depois de tudo feito, ou se quiser, da crítica demonstrada ao belicismo, cada um pede as desculpas que pode e se recolhe ao respectivos sanatórios. Assim, os guerreiros, ao seu ecletismo, os insanos, ao seu ermetismo. Vai daí que, pela madrugada, quem aguenta, se põe a pensar... (EDUARDO)

(E. S. F.)

TV CULTURA, NÍDIA LÍCIA

Para os apreciadores da boa literatura aqui vai um desmesurado incentivo: ela se chama Nidia Lícia. Teatróloga ou atriz? Simplesmente diretora de tv. Sábado último, no Canal 2 Cultura, levou Júlio Diniz e seu clássico "A ceia dos cardeais". Agora em pé aplaudindo: ela conseguiu, primeiro, dar sen-

tido à cor, na televisão, usando-a propriamente. Conseguiu dirigir três atores, entre eles Rodolfo Mayer e vestiu toda a peça com todo bom-gosto que não nos é peculiar. Usou o som preenchendo com música categorizada todo o espetáculo. Enfim, esteve certa o tempo todo. O diálogo, quando passava para des-

crever memórias, era mantido e a representação do mesmo, muda, em "flash backs" coloridos. Nidia Lícia tratou o assunto como os apreciadores do texto escrito o mantêm vivo, como marco da literatura portuguesa. E ainda insistem em novelas, queridinhas?

(E. S. F.)

No Supermercado Elias

os preços são sempre ofertas.

SUPERMERCADO ELIAS

Rua Bom Jesus de Pirapora, 2757 a 2763. Tel.: 4-1775

Estacionamento próprio



E O BRASIL, SR. CARDEAL?

Dando cumprimento à sua missão evangelizadora, o cardeal dom Agnelo Rossi, nosso conterrâneo, fez, no mês de julho, viagens ao Vietnã, Singapura, Tailândia, Macau e Hong Kong. Já neste mês esteve numa grande festa nacional em Osaka e, do Japão, seguiu para Burgos (Espanha), para participar de um Congresso Missionário Internacional. Sua próxima escala, segundo nossos informantes, seria Angola, onde já deve ter chegado. Será que o caro cardeal vai ter o Brasil em sua agenda, ainda este ano? Note-se que, desde que ele foi chamado a Roma, para a Prefeitura da Evangelização dos Povos, no Vaticano, esta é a primeira vez que deixa de vir a Jundiá, em suas férias de julho.

(C.F.P.)

DO LADO DIREITO, A MOÇA DIREITA.

Atenção, pessoal do terço de linho 120!

Estão na praça dois LPs de **Os Cariocas**, aquele conjunto vocal que estragava "Nova Ilusão" em 1948 e que continuou estragando até o comecinho de 60.

O LP da Continental custa 45 pratas.

O da Phillips vale 26 mil réis. O troco você compra de drops, saca? (E.M.)

O JORNAL DA CIDADE ESTÁ DANDO

Em dois editoriais (dias 10 e 12), o "Jornal da Cidade" enfocou, com seriedade e coragem, assuntos importantes ligados ao momento histórico de Jundiá.

No primeiro, o editorialista condena a "mansidão" da Câmara de Vereadores ante as "ordens" do Executivo. E um sugestivo bando de carneirinhos ilustra a matéria, num quase atestado de óbito do que deveria ser um dos Três Poderes. O editorial de terça-feira coloca, com propriedade, o foco no problema da poluição, erroneamente aplaudida por certos prefeitos, em nome da "necessidade de crescer" dos municípios.

Boas falas, nada brandas. Vale a pena ler.

(E.M.)



REALISMO SURREALISTA

O semanário "Opinião", n.º 144, de 8 de agosto, traz um artigo de Gabriel Garcia Marquez sobre as atividades da CIA na América Latina.

É o inventor de Macondo comentando o livro de Philip Agee "Inside the Company: CIA Diary", transcrevendo trechos que fazem o outono do Patriarca virar uma alegre e florida primavera.

(E.M.)

ANTES QUE UM AVENTUREIRO LANCE MÃO

Dos mil papos que tenho ouvido pelaí sobre arte jundiense, nenhum tratou seriamente de um cara que faz coisas maravilhosas, no desenho como na vida: o Nardinho, aquele do cavaquinho e do bandolim, sim senhores.

Alô, Beto Cecchi, Thyrso: quando é que vocês vão dar uma força pro Nardinho? A Cucca e a AAPJ não sabem o que estão perdendo.

(E.M.)



PINDURA FUNCIONOU NO KIBE KADI

A data da instituição dos cursos jurídicos no Brasil, 11 de agosto, tradicionalmente comemorada pelos acadêmicos de Direito com a pindura de uma boa conta em algum restaurante, não foi esquecida em Jundiá. Fauze Hadad, José Eduardo Piva Martins, Arlindo Vicente, Lázaro Benício Marques e Décio Guido Peboni, todos da Faculdade de Direito Padre Anchieta, deram sua pindura no Kibe Kadi. Logicamente, com a aprovação do Samir.

O Clube dos Advogados antecipou a comemoração para o sábado, dia 9, reunindo a família forense no sítio do Izeu Calegari. Aqui foram os juizes e promotores que pinduraram a churrascada na conta dos advogados.

(C.F.P.)

PONTE QUE TE QUERO PONTE

Nem só de protestos, samba e deputado vive a Ponte São João. Lá gostase do buraco também. E para comprovar isso, é só ver que um quarto dos classificados nas primeiras eliminatórias do "Campeonato de Buraco", da Feira da Amizade, é lá do Pontão. Parecíamos estar mais no São João FC que na Banda.

Para as finais, metade foi da Ponte. E foi um tal de vermos Roque de Barros e filhos, João do Prado, Tião de Souza, Chenkel, Yussef, Janete Ferreira Prado...

O resultado a que chegamos foi independente de torcida, e não venham me dizer que houve apelação, como nos velhos carnavais, onde papávamos todos os prêmios.

(Picoco)

ESPORTE BRETÃO COM SOTAQUE LATINO

A coisa andou esquentando de verdade com este número do de 2.ª. Acontecendo de sair coisas fora de lugar, como a dica acima, que devia estar mais para seção "o que vai pelos ares" do que por aqui. Mas o negócio é que muita coisa pela cidade também não está nos seus lugares. Por isso... (A.B.)

NO PALCO DO JAPI, UM NOVO ESPETÁCULO

Talvez a Serra do Japi consiga, algum dia, Panizza ser palco das mais evidentes intenções de megalomania pretendidas por aqueles que cercam nossas reservas, como se elas fossem carniça. Talvez o solar do Barão ainda seja transferido, in totum, o meu caro Alceu de Toledo Barbosa, para algum recanto turístico paisagístico ainda inexplorado, ou que se faça, sem o menor valor cultural, uma réplica dele em algum lugar do mundo, não tombado, nada público, mas reservado, como se pretende intimidar quem os defende. Talvez, Nalini, um dia se consiga tudo isso e mais alguma coisa. Mas, antes, para maior clareza, devemos escrever um jornal, mesmo de 2.ª para maior esclarecimento das nossas pretensões, ou seja, evitar que depredem o pouco que temos como patrimônio. Talvez até se consiga fazer da Arte um bom motivo para que se promovam esses falsos valores.

(Eduardo de Souza Filho)

"ÉTA PREFEITO BÃO!..."

Notícia de Franca, dada pelo "Estadão" de 7 último: a população tem pedido, insistentemente, o asfaltamento das ruas. O prefeito Hélio Palermo abriu concorrência para esse fim. Apresentaram-se duas firmas, a primeira com um preço de 40 cruzeiros o metro quadrado, a segunda com preço de 60 cruzeiros. Mas o prefeito achou caro, e não homologou a concorrência. Resolveu adquirir máquinas e equipamentos, porque os técnicos municipais calculam poder executar o asfalto das ruas por apenas 23 cruzeiros o metro quadrado! O que acha disso, Bartimeu?

— "Éta Prefeito bão!..."

ENCONTRO DE ELITE

Quando se pensou em fazer os encontros de arte aqui em Jundiá, a intenção parece-me que era trazer arte ao alcance de todos. Depois da interrupção de dois anos, a atual administração só conseguiu repetir o que já era feito antes, e que se pretendia corrigir. Só saiu uma mostra muito mais pro society que pro cultural. Penso que a comissão organizadora deveria funcionar no sentido de levar todas as camadas sociais para ver o que a Dulce Simonsen conseguiu trazer sozinha. Ou seja, o enorme número de obras de arte de efetiva qualidade que se viu lá no Parque. Portanto, antes e agora, falta uma comissão que atinja a população jundiense. A verba do Encontro é muito polpuda pra ficar restrita a uma elite. É preciso que, pelo menos, todos os estudantes de Jundiá estejam presentes. (PICOCO)

E AGORA GIAROLA QUER FECHAR A FPF

O vereador Rolando Giarola diz que vai pedir, outra vez, o fechamento da Federação Paulista de Futebol. Segundo ele, está um vexame, uma vergonha, uma podridão, o futebol brasileiro; "é um roubo na cara de todo mundo". E por aqui, o que vamos fechar, Giarola? (C.F.P.)

N. R., OU MELHOR, DA DIAGRAMAÇÃO.

Onze a zero para a Argentina contra a Venezuela. Portenhos, gente do cais do porto, entendem quando podem dar e quando devem dar naqueles gringos cinturas duras que só sabem encostar navios cheios de petróleo (ou vazios, só pra encher). E levam a coisa a sério. Já os mineiros, inseridos noutro contexto, sacodem uma meia dúzia de vezes o véu da noiva e tudo legal, na nossa bicho. O homenzarrão, que de brandão não tem nada, não estava muito satisfeito. Queria as dúzias que nos faltam por todos os lados. EDUARDO

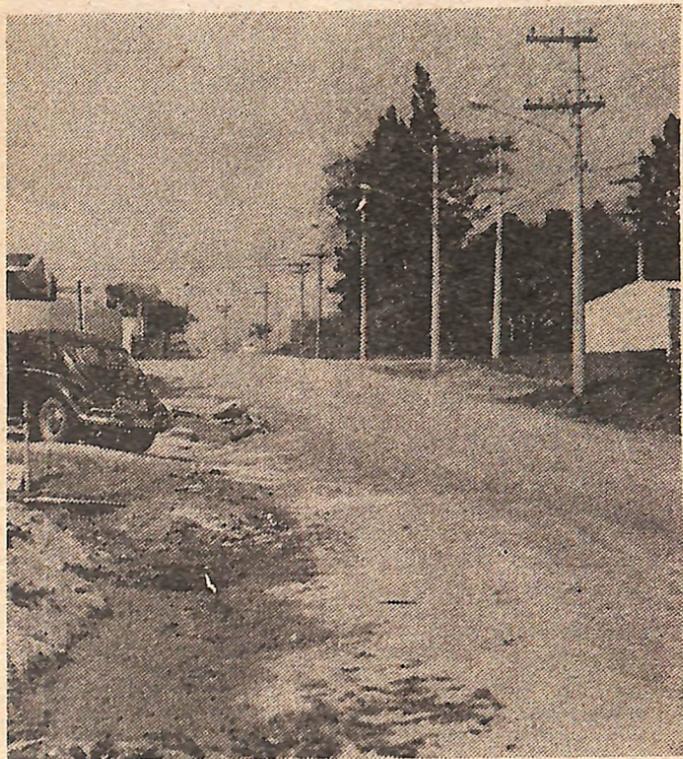


OS MAIS COMPLETOS EM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE TODA A REGIÃO.

Loja 1: Rua da Várzea, 1157. Tels.: 4-1625 e 4-1627

Loja 2: Av. Dr. Olavo Guimarães, 253. Tels.: 4-1622 e 4-1624

O Jardim Brasil recusa o "asfalto quente"



Os moradores preferem ficar sem, do que pagar um absurdo.

Quem passa pelo Jardim Brasil nestes dias nota uma certa preocupação dos moradores em relação ao que está para acontecer naquele bairro. Não se trata de nenhuma inundação ou epidemia. Mas simplesmente de um melhoramento público — o asfaltamento das ruas — que de há muito vinha sendo aguardado por todos que ali construíram suas residências, a maioria de muito bom gosto e revelando ser de gente muito bem posta na vida.

Se era grande a expectativa dos moradores quanto à chegada do asfalto ao bairro, o que motiva agora a apreensão constatada entre eles?

Dona Marli de Oliveira, parecendo negar a tensão reinante no Jardim Brasil, onde vem morando há oito anos, afirma que tal melhoramento se faz necessário para acabar com a poeira no tempo da seca e com a lama na época das chuvas. Mas acusa:

— O preço pedido pela empreiteira está muito alto, um verdadeiro absurdo.

Por isso, como já decidiram inúmeros outros proprietários, ela não vai assinar a proposta de execução do asfaltamento que há dias lhe foi enviada pela Prefeitura.

"Veja você, minha casa tem 14 metros de frente e o preço do asfaltamento está orçado em Cr\$ 8.000,00. Acha que vou pagar esse absurdo pelo meu pedaço de asfalto?"

Essa é a manifestação do proprietário da casa n.º 96 da rua Capitão Joaquim de Oliveira. Segundo ele, se fosse feita uma concorrência, com a participação de diversas firmas, o preço poderia ser mais bem em conta e então compensaria o asfaltamento de sua rua.

Também partilham dessa mesma opinião o engenheiro Henrique West de Camargo e sua esposa, que inclusive são de opinião de que se deveria fazer antes uma concorrência com várias empresas para depois apresentar-se os planos e preços aos moradores.

Relata o engenheiro: "A empresa responsável pelo asfaltamento é a Gutierrez, que por sinal não ganhou

nenhuma concorrência para executar este serviço, já que concorrência alguma existiu. A concessão desta obra é como se fosse um prêmio a essa empresa por ter ganho outra concorrência anterior.

"Ficamos sabendo que a Gutierrez tinha contrato com a Prefeitura até fins de 1974; agora, em fins de 1975, ela ainda presta serviços ao município, estando assim fora da lei e cobrando um exagero.

"Fizemos um abaixo-assinado para que diminuíssem o preço do asfalto e não fomos atendidos. Por isso estamos dispostos a ficar mais tempo sem esse desejado asfaltamento, até que o atual prefeito termine seu tempo de governo. Já estamos aqui há quatro anos sem esse melhoramento e ficaremos mais dois, se for preciso, para recebê-lo a preços justos."

UMA CARTA A REDAÇÃO DO JORNAL DE SEGUNDA

Ratificando a posição da maioria dos proprietários do Jardim Brasil, o leitor A. G. Menezes endereçou uma carta à redação deste semanário, onde relata, com amplos detalhes, a razão do seu descontentamento.

"Sou proprietário de dois lotes nesse bairro, um deles de esquina, ambos pegados e de área similar", inicia ele.

"Recebi há dias os formulários da Prefeitura — prossegue — discriminando preços e condições para o asfaltamento das duas frentes. De início, uma retificação quanto ao título do formulário. Diz ele: "Adesão para obras custeadas pela taxa de pavimentação". Isso é mesmo balela, sr. Redator. Pois, pelo plano proposto, a obra será totalmente paga pelos proprietários dos imóveis e não pela referida taxa de pavimentação.

"Esclareço também que já fui à repartição municipal competente, onde, no original dos formulários lá existentes, assinei minha não concordância com o plano proposto. "Desejo expor a v.s. os motivos pelos quais sou contrário ao dito plano, embora seja favorável ao benefício em si.

"1.º) Como comprador e pagador de qualquer bem, é

óbvio, é natural, que o adquirente queira saber o que está comprando e pagando. Como gestor das coisas públicas, lá guindado por uma maioria relativa de municipais, era de se esperar que o sr. prefeito, pelo menos, desse algum pequeno indício ou satisfação aos seus municipais, do que pretende fazer com o dinheiro que lhes está pedindo.

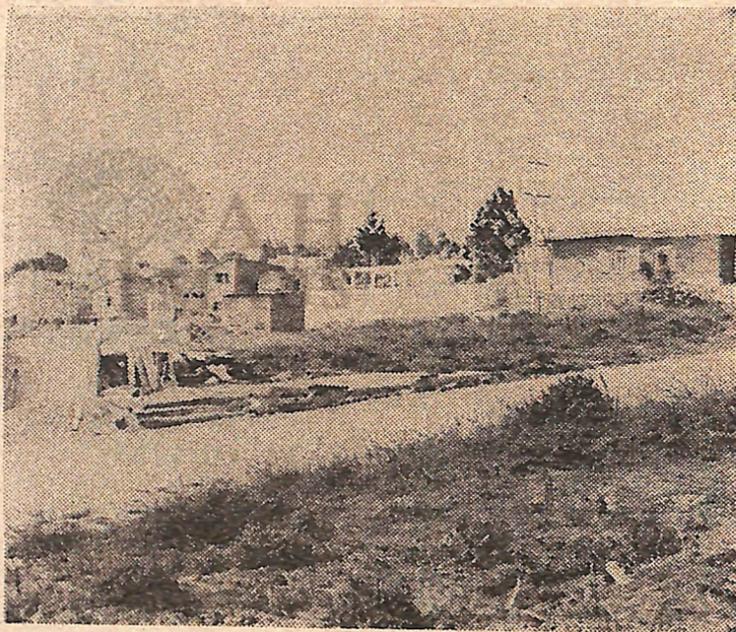
"Tenho lido inúmeras publicações pagas, de divulgação e de autopromoção das atividades municipais, que os dois jornais vêm continuamente inserindo em posições de destaque. Todavia, ainda não li nenhuma manifestação da Prefeitura divulgando e informando as especificações técnicas do asfalto que pretende aplicar com o dinheiro dos municipais.

"2.º) Junto com os formulários para adesão, recebo um folheto de informações. Nele é indicado que uma determinada firma será a executante do trabalho. Isso é um absurdo e mesmo um acinte, sr. redator. Afinal, onde estão as especificações dos trabalhos e os resultados da concorrência então havida para as avenidas marginais? É agora que essa mesma firma que o sr. prefeito nos quer impingir, sem ao menos ter o cuidado ético de promo-

ver uma nova e correta concorrência? A vigorar o dúbio princípio que ora se pretende adotar, ocorrerá que, se daqui a 30 anos a Prefeitura continuar calçando novas ruas e bairros da cidade, essa mesma firma é quem continuará executando tais trabalhos, sempre sem qualquer competição ou comparação de preços. Só porque ganhou uma determinada concorrência inicial das marginais? Mesmo que, eventualmente, haja defesa legal para o procedimento, ele, sem dúvida, não é ético nem correto.

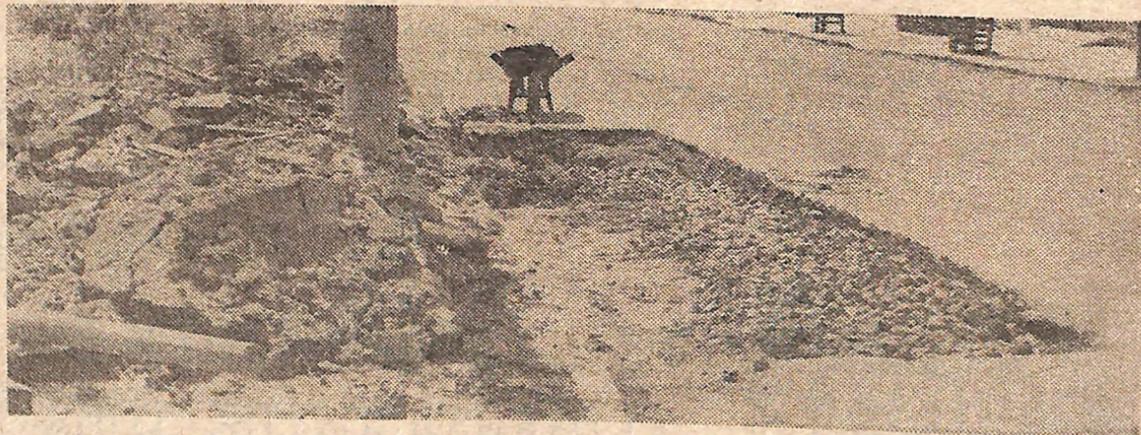
"O dinheiro que possuo é meu e não necessito dar satisfações a ninguém sobre como gastá-lo. Apesar disso, e por saber o valor desse dinheiro, eu sempre procuro comparar preço e qualidade quando preciso comprar alguma coisa com esse meu dinheiro. O mesmo faz minha mulher, quando vai aos supermercados ou às casas de roupas para suprir as necessidades do lar.

"Ora, se eu e qualquer munícipe procede dessa forma com o dinheiro que é seu, muito maiores deverão ser os cuidados, as exigências e as satisfações que o gestor do bem público deve dar quando pretende gastar um dinheiro que não é seu.



Os buracos também esperam mais um ano e meio?

Na Vila Liberdade, já começaram os reparos



Os moradores da rua Júlia de Almeida (Vila Liberdade) já puderam fazer uma primeira constatação da má qualidade do "asfalto quente" ali aplicado há menos de 15 dias. Na última quinta-feira, após

receber uma comissão de proprietários descontentes com a situação da rua após o asfaltamento (já na passagem dos primeiros veículos o asfalto começou a ceder), a firma pavimentadora determinou a

uma equipe de homens que reexecutasse o serviço no local. Assim, pela manhã, pás e picaretas estavam sendo usadas para rebentar o trecho que sofreu impugnação dos moradores.

"3.º) A consequência disso aí está. Propõe-se um preço de Cr\$ 90,00 mais 10% por m² para um asfalto cuja qualidade suscita dúvidas, enquanto que, em cidades próximas, se vê anunciado que suas prefeituras estão pagando menos da metade daquele preço. Pairando essa dúvida séria e natural no pensamento dos municipais, por que o digno sr. prefeito, por uma simples questão de ética, não vem imediatamente a público para dirimir tais dúvidas? Órgãos locais de divulgação é que não lhe faltam.

"4.º) E por que a maioria dos srs. vereadores locais, eleitos pelo povo e defensores de seus interesses e pensamentos, não se manifestam ou protestam firmemente contra esse estado de coisas? Para que serve, então, a tribuna da Câmara onde operam?

"5.º) A meu ver, há também duas injustiças na lei de asfaltamento ora em vigor:

a) Por que apenas os dois proprietários fronteiros à rua é que devem pagar o benefício? Por acaso se trata de uma rua ou um bairro fechado e particular, onde apenas seus moradores terão usufruto do benefício? Na verdade, a rua é pública e o benefício do asfaltamento será desfrutado por todos os municipais que por lá circularão. Se assim é, nada mais justo que o global desses municípios também cooperem com uma certa parcela para a execução desse benefício público. Por exemplo: os dois proprietários fronteiros pagam 1/3 cada um da despesa e os demais municípios, através da Prefeitura, pagam o 1/3 restante da mesma.

b) Como citado no início, sou proprietário de dois lotes ligados e de mesma área, sendo um deles de esquina. Todavia, a taxa desse lote de esquina é o quádruplo daquele outro. Penso que isso não é equitativo ou justo, porquanto o lote de esquina não vale o quádruplo daquele outro pedaço. Quando muito valerá o dobro. Numa base desse tipo é que, a meu ver, se deveria cobrar o asfaltamento, nos casos dos lotes de esquina".